

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

**MULHERES, PERIFERIAS E A DESIGUALDADE DE  
GÊNERO: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DO  
DOCUMENTÁRIO “SOZINHAS”**

**MONOGRAFIA**

**Paula Thaís Fernanda Raupp**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2020**

**MULHERES, PERIFERIAS E A DESIGUALDADE DE  
GÊNERO: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DO  
DOCUMENTÁRIO “SOZINHAS”**

**Paula Thaís Fernanda Raupp**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social, Habilitação de  
Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Relações Públicas**

**Orientadora: Prof. Dra. Carlise Schneider**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2020**

**Universidade Federal de Santa Maria**

**Centro de Ciências Sociais e Humanas**  
**Curso de Comunicação Social – Relações Públicas**

**A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a Monografia**

**MULHERES, PERIFERIAS E A DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA  
ANÁLISE DE CONTEÚDO DO DOCUMENTÁRIO “SOZINHAS”.**

Elaborada por  
**Paula Thaís Fernanda Raupp**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Relações Públicas**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Dr. Carlise Schneider**  
(Presidente / Orientador)

**Dra. Verenice Zanchi**

**Ma. Camila Marques**

Santa Maria, 1 outubro de 2020.  
**DEDICATÓRIA**

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Arsênio e Lúcia, por me manterem em um berço tão acolhedor e acolhedor, onde sempre pude ser quem sou, sem distinções.

A minha irmã, Julia, minha pessoa favorita no planeta, todo mundo devia ter uma assim. Te agradeço por cada ligação, cada conversa, não só durante este processo, mas na vida.

Ao meu namorado, sei que amores são instáveis, mas também sei que sempre serei grata por todo auxílio e atenção, tu és realmente um achado.

Aos amigos fiéis, que nesse momento de pandemia me deram apoio e que, por muito tempo, foram minha força.

A aqueles que vieram antes e fizeram parte de tudo que fui, e sou, para chegar até aqui.

A aquela que partiu durante este processo e deixou uma parte em mim.

Por último, mas não menos importante, a todas mulheres que nos ensinaram a persistir e lutar apesar de todas as adversidades.

Que possamos construir um mundo cada vez melhor, por meio da ciência, do amor e da justiça.

## **EPIGRAFE**

*“Me levanto  
sobre o sacrifício  
de um milhão de mulheres*

*que vieram antes e penso:  
o que é que eu faço para tornar  
esta montanha mais alta  
para que as mulheres que  
vierem depois de mim  
possam ver além?”*

(Rupi Kaur)

## **RESUMO**

Comunicação Social – Relações Públicas  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A MULHER PERIFÉRICA E A DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DO DOCUMENTÁRIO “SOZINHAS”.**

AUTORA: PAULA THAIS FERNANDA RAUPP  
ORIENTADORA: CARLISE SCHNEIDER

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo de pesquisa, refletir sobre como as desigualdades de gênero e suas consequências são percebidas no âmbito rural, tendo o Oeste Catarinense como local de estudo. A análise qualitativa foi feita a partir do documentário “Sozinhas”, dirigido por Ângela Bastos, no ano de 2017, e o mesmo perpassa não somente a temática da violência contra a mulher, como também, outros assuntos sensíveis relacionados a gênero, como o isolamento social, desigualdade dos sexos, dominação masculina, diferenças de trabalho, etc. Com base nesses relatos das mulheres presentes no documentário, que foi possível realizar o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2002), de modo que os termos foram classificados e ressignificados, a partir dos parâmetros da metodologia abordada. Esta pesquisa tem como finalidade a propagação de informação e observação de reconhecimentos relacionados a gênero no âmbito rural, por meio destas mulheres, assim como, perceber as organizações sociais das mesmas por meio da comunicação de relacionamentos em rede. Desta forma, a realização desta monografia se faz necessária quando apropriadas as informações fornecidas por estas mulheres, para que se criem estratégias mais eficazes de melhoria de vida desta população, que reflitam a realidade das mesmas.

**Palavras-chave:** Gênero. Mulher Rural. Comunicação.

**ABSTRACT**

Social Communication - Public Relations  
Universidade Federal de Santa Maria

**PERIPHERAL WOMEN AND GENDER INEQUALITY: A CONTENT ANALYSIS  
OF THE DOCUMENTARY “SOZINHAS”.**

AUTHOR: PAULA THAIS FERNANDA RAUPP  
ADVISOR: CARLISE SCHNEIDER

This course conclusion work has as objective of researching, to reflect on how gender inequalities and their consequences are perceived in the rural scope, having western Santa Catarina as the place of study. The qualitative analysis was carried out from the documentary “Sozinhas”, directed by Ângela Bastos, in the year of 2017, and it permeates not only the theme of violence against women, but also other sensitive issues related to gender, such as social isolation, gender inequality, male domination, job differences, etc. Based on these reports of women in the documentary that was possible to carry out the content analysis method (BARDIN, 2002), in a way the terms were classified and reframed, based on the parameters of the approached methodology. The purpose of this research is to disseminate information and observe gender-related recognition in rural areas, through these women, as well as to understand their social organizations through the communication of relationships in network. In this way, the realization of this monograph is necessary when appropriated the information provided by these women, so that more effective strategies for improving the life of this population are created, that reflects the reality of them.

Keywords: Gender. Rural Woman. Communication.

**LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1</b> - Microrregiões do Oeste Catarinense.....	45
<b>FIGURA 2</b> - Menu lateral do portal “Sozinhas”, do Diário Catarinense.....	48
<b>FIGURA 3</b> - Organograma de desenvolvimento das histórias pelo portal Sozinhas.....	49
<b>FIGURA 4</b> - Pesquisa referente ao assunto “documentário violência rural”, no buscador Google .....	50
<b>FIGURA 5</b> - Número de visualizações, likes e dislikes na publicação do documentário “Sozinhas”, na conta do Youtube do Diário Catarinense .....	50
<b>FIGURA 6</b> - Processo de categorização de temas.....	53

**LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1</b> - Noções de gênero a partir de diferentes autores.....	22
<b>TABELA 2</b> - Relações de área útil com UTH (Unidade trabalho homem) .....	36
<b>TABELA 3</b> - Taxa de urbanização de municípios do oeste catarinense .....	45
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**SC** – Santa Catarina (estado)

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**PIB** – Produto Interno Bruto

**DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**FAO** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

**OECD** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD)

**ANA** - Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia

**PIB** - Produto Interno Bruto

**UTH** - Unidade trabalho homem

**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11	<b>2</b>
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO: EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO</b> .....	15	<b>3</b>
<b>GÊNERO, PERIFERIA E A MULHER RURAL</b> .....	27	
<b>3.1 A mulher e o novo rural</b> .....	27	
<b>3.2 Papéis de gênero e trabalho</b> .....	32	<b>4</b>
<b>COMUNICAÇÃO EM REDE</b> .....	37	<b>4.1</b>
<b>Gênero, organização e comunicação</b> .....	37	<b>5</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	44	<b>5.1</b>
<b>Contexto de documentário</b> .....	44	<b>5.2</b>
<b>Objeto de análise</b> .....	46	<b>5.3</b>

<b>Estrutura de pesquisa</b> .....	51	<b>6</b>
<b>ANÁLISE DE RESULTADOS</b> .....	55	<b>6.1</b>
<b>O documentário</b> .....	55	6.1.1.
Análise de conteúdo pelo critério da Semântica .....	55	6.1.2
Análise de conteúdo pelo critério da sintaxe .....	59	<b>6.2 O</b>
<b>público</b> .....	62	6.2.1
Análise categorial temática dos comentários.....	62	6.2.2.
Análise dos comentários pelo critério de sintaxe .....	70	<b>7</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75	
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	79	
<b>APÊNDICES</b> .....	85	
<b>ANEXOS</b> .....	92	

## **1 INTRODUÇÃO**

Desde o dia em que nascemos possuímos o poder da comunicação, mas não de maneira tão formal e rígida, como forma de pesquisa, e sim, no seu sentido mais básico e humano, realizado pela mensagem – modelo estudado ainda nos primórdios das teorias de comunicação. Esta que, necessita unicamente de um emissor e um receptor para que a ideia seja entregue, ingenuamente ignorando a interferência de ruídos posteriormente estudados, e que representam não somente a simplicidade na realização do ato como a necessidade do ser humano na criação de relações. A comunicação possui um papel fundamental no desenvolvimento de relações entre os indivíduos em sociedade para que se desenvolvam e se organizem.

Com a chegada do século XXI, o início da Web 2.0 (O’ REILLY, 2004) e a “Internet das coisas” (ASHTON, 1999), deu-se início a mudanças de muitos hábitos em nossa rotina, percebemos cada vez mais a necessidade de estarmos conectados uns aos outros e que nem mesmo o espaço físico nos faz dependentes. Criamos novas alternativas de nos relacionarmos de forma digital por meio de aplicativos e redes sociais, levando em consideração de que grande parte da população brasileira já possui um smartphone com acesso a internet. Segundo a pesquisa TIC Domicílios, 126,9 milhões de pessoas usaram a rede regularmente em 2018 (Lavado, 2019), sendo assim, setenta e quatro por cento (74%) nos centros urbanos. Nunca houve um acesso tão grande a internet e as pessoas nunca estiveram tão conectadas. Porém, sabe-se que, apesar do aumento significativo do uso de tecnologia de informação, algumas populações que estão à margem da sociedade, conceitualizado por Kowarick (1985), como os



moradores da região rural ou periferias, não têm o mesmo acesso aos mesmos meios, seja pelo fator territorial ou por demais fatores referentes à faixa etária, valores e conhecimento de causa.

Apesar do aumento, também da população rural com acesso à internet, quarenta e nove por cento (49%) em relação com os quarenta e quatro por cento (44%) relatados pela pesquisa do TIC no ano de 2017, as redes de internet ainda não possuem o mesmo alcance quando comparadas com as demais áreas urbanas do país (UNESCO, 2017). Alguns fatores quando alinhados, nos dão uma perspectiva mais verdadeira sobre as relações econômicas, territoriais e culturais que envolvem a temática comunicacional neste aspecto. A dificuldade financeira na compra de um aparelho smartphone, percebido pelos pequenos agricultores, e a falta de conhecimento da ferramenta, encontrada principalmente nos casos de pessoas de faixa-etária mais avançada, população majoritária dos meios rurais, nos dá uma perspectiva muito maior do

12

que somente o afastamento territorial do campo. Um dos aspectos de grande relevância quando estudados os efeitos da comunicação no campo, é que, a faixa etária dos idosos, pessoas com mais de 60 anos, segundo padrões das Nações Unidas, possui a menor taxa de penetração no mundo virtual, com apenas vinte e cinco por cento (25%), segundo IBGE (2018), no mês de fevereiro.

Mas afinal, quais são as consequências de uma vida sem interação social? Não somente os problemas comunicacionais relacionados a internet e tecnologia são danificados quando tratamos da negligência da comunicação no meio rural. Este ambiente que, sempre foi esquecido pelas políticas públicas e que não possui a mesma estrutura dos grandes centros é penalizado também quando nos referimos a alternativas referentes ao fomento ao relacionamento entre a comunidade, como dificuldades comunicação e distanciamento de serviços essenciais, por exemplo, ainda que, se trate de um ambiente tão duro e inóspito, na maioria dos casos. Uma das características de identificação mais comuns referentes ao meio rural, para com os moradores destas regiões, é o isolamento social, ou seja, a longitude em relação aos vizinhos e a dificuldade de interação entre os mesmos. Deste modo, muitas vezes as interações sociais realizadas por um indivíduo se concentram unicamente entre a sua família, ou entre moradores de uma mesma residência, fazendo com que as ideias sejam sempre correlacionadas, prejudicando o pensamento crítico dos mesmos e a receptividade de

novas informações. Deste modo, são criados e reafirmados julgamentos morais que entram em voga nestes grupos familiares, e por não possuem interação com o mundo exterior, são impassíveis de crítica.

A partir desta ótica de conceitos morais imparciais, tendo como foco o âmbito rural, adentramos em uma das problemáticas relacionadas ao isolamento social e os estudos de gênero: o machismo sofrido pelas mulheres do campo. Quando correlacionamos estas temáticas, podemos perceber o agravamento de um problema social que já possui grande força, e que ganha ainda mais intensidade quando aliada aos demais problemas socioeconômicos e culturais destas comunidades. Segundo estudo do Anuário das Mulheres Brasileiras, publicado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em 2011, apesar da mulher corresponder diretamente na força de trabalho na agricultura, mais de 80% das residentes da área rural recebem até 01 (um) salário mínimo por mês, não lhes dando a possibilidade de uma independência financeira e as sujeitando a permanência a uma união familiar que não as favorece. Esta união quase obrigatória tem um preço alto a se pagar. Além

13  
do fato da mulher trabalhar na agricultura, juntamente de sua família, quando retornam a casa, ainda é papel da mesma, o de cuidar dos filhos, organizar a casa, realizar a limpeza, fazer comida, etc, e assim, vão as sobrecarregando fisicamente, quando, no melhor dos casos, o relacionamento entre os membros de uma família é bom. Com esta desigualdade gritante observada nos meios rurais, não é difícil encontrarmos casos em que tudo isso, aliado a uma violência moral e física, heranças da dominação masculina (BOURDIEU, 1989), faz as vidas destas mulheres muito mais complicadas.

Essa violência, que perpassa diversas camadas da sociedade, por meio das relações sociais, afeta as mulheres rurais de maneira muito intensa, onde as mesmas são degradadas, quase diariamente, de modo que o Brasil é o país lidera o ranking de taxa de violência contra mulher e homicídios de mulheres, segundo a Organização internacional *Human Rights Watch*, de 2019, em comparação com os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), na qual fazem parte 36 nações, membros da Europa, Ásia, América do Norte, e Latina. Sob a perspectiva diária, segundo portal de Pesquisa G1, o número é percebido ainda como mais alarmante: Tendo como estatística, que cerca de 12 mulheres são assassinadas diariamente em nosso país, frutos das desigualdades de gênero, definido, atualmente, como “feminicídio”. Destacando que, o feminicídio é o último, e mais

grave, fruto do machismo, onde o homem objetifica a mulher com tamanha intensidade, que a tem como “posse”, se colocando como decisor de seu direito à vida.

É cotidiano, portanto, o fato de que estas mulheres têm que conviver com os problemas relacionados a gênero, de diversas intensidades, tanto no campo do trabalho, relacionado a força bruta, como também nas relações de poder dentro de casa e na comunidade. Com a pouca voz, que além de tudo, vem sendo reprimida há anos, estas mulheres não têm acesso a comunidade em grupos de apoio ou assistência de órgãos públicos, de modo que, as agricultoras estão isoladas e sobrecarregadas com seu próprio ambiente familiar.

Esta monografia abrange, portanto, as temáticas das relações de desigualdade de gênero na periferia, o isolamento social das mulheres do campo e as perspectivas dessas agricultoras sobre seus papéis, avaliadas e percebidas a partir do documentário “Sozinhas”, de Ângela Bastos, objeto de estudo dessa pesquisa. Neste sentido, o objetivo da monografia é observar como estas mulheres, abrangidas neste documentário, referenciando a mulher rural do Oeste Catarinense, percebem os papéis sociais que exercem sobre as problemáticas envolvidas, levando em consideração a perspectiva física-ambiental em que estão situadas e o reflexo que

14

isso tem em consideração a temáticas como violência, vulnerabilidade e submissão. Este trabalho propõe a observar a propagação dos avanços de conhecimentos relacionados a gênero no âmbito rural, por meio do vocabulário das mulheres observadas, como fatores dos objetivos específicos, assim como, observar a relação entre os problemas de gênero e a comunicação, de forma que analise o impacto da mesma sobre esta realidade.

Para realizarmos estes estudos, portanto, que foi realizada uma análise de conteúdo do documentário “Sozinhas”, dirigido por Ângela Bastos, no ano de 2017. Os relatos de mulheres presentes no documentário funcionam como base para a realização da análise de conteúdo, de modo que os termos são classificados conforme temáticas escolhidas e ressignificados a partir dos parâmetros da metodologia, e assim, posteriormente examinados conforme seus contextos sociais. O documentário, no entanto, aborda principalmente sobre a temática da violência doméstica no âmbito rural, tendo como ambiente de pesquisa o oeste do estado de Santa Catarina (SC), no sul do Brasil. O documentário perpassa não somente a temática da violência, como também assuntos sensíveis relacionados a gênero, como o isolamento social, desigualdade dos sexos, dominação masculina, manipulação psicológica, etc.

O interesse na temática de pesquisa no âmbito rural se justifica por motivações pessoais, na esperança de que, meus familiares, que vivem em um contexto semelhante ao analisado, possuam estudos referentes ao seu modo de vida e sociedade com embasamento teórico, e que os dê a oportunidade de um avanço em relação a seus problemas socioculturais, com auxílio da comunicação como ferramenta de observação e organização em rede. E aos estudos de gênero, como forma de representação de um amadurecimento teórico pessoal e meu objeto de pesquisa principal, que trazem a discussão, um tema que é tão imprescindível e que ainda necessita uma maior propagação nos meios rurais. Sendo assim, coloco a comunicação como mecanismo de transformação de uma comunidade, por meio de análise do contexto, e que pode ser aplicado em demais localidades e como forma de divisor de águas, quando aplicado de forma efetiva, criando conexões entre as mulheres em vulnerabilidade, ou pessoas em situação de isolamento. Percebe-se a conexão entre as pessoas como uma ferramenta, não somente de interação social, mas como também de auxílio psicológico para estes moradores.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO: EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO**

Apesar da grande popularidade do termo “gênero” e da visibilidade adquirida pelo mesmo quando relacionado aos movimentos sócio-políticos atuais e estudos da área das ciências sociais, pouco se difunde sobre seu desenvolvimento e as suas origens. Este estudo foi dificultado devido às diversas contraposições científicas vinculadas ao termo “gênero”, e as ideologias impostas ao mesmo. Desde os primórdios dos estudos de gênero, primeiramente associados a biologia e psicologia, ainda utilizados como sinônimos de sexo (preceito homem mulher), ou sexualidade (heterossexual ou homossexual), podemos observar diferentes vieses relacionados à temática. Com o amadurecimento das teorias, sejam elas psicanalíticas, feministas, ou de papéis sociais, é possível acompanhar o avanço dos estudos sobre o tema, assim como também, é notável o desenvolvimento crítico dos pesquisadores da área e sua diferenciação, muitas vezes se opondo a teorias previamente determinadas, ou dando seguimento às mesmas.

A compreensão do termo gênero é composta por uma variedade de cunho filosófico, religioso e principalmente científico (TILIO, 2014), mas que, devido às suas similaridades e processos de estudo e adaptação, fazem com que estas áreas de estudo sejam vinculadas e relacionadas. Segundo Roudinesco (2008), as perspectivas de relações de gênero foram difundidas no Ocidente, principalmente pela Igreja católica, e aprimoradas nos séculos XVIII e XIX por correntes científicas específicas que diziam que as características referentes a gênero eram relacionadas diretamente com seus aspectos biológicos, sendo assim, o corpo tinha uma relação importante na criação de subjetividades dos indivíduos. Assim, então, a igreja funcionava como um delimitador de papéis sociais de homens e mulheres e usava de sua influência para os persuadirem, na contraproposta de não-participação da vida em sociedade. Levando em consideração de que, a Igreja possuía maior governança sobre a vida de uma sociedade, e representava não apenas um templo religioso, mas um estilo de vida de uma comunidade, sua socialização e relações de poder. Para as mulheres, isto implicava na relação entre o trabalho em casa e a criação dos filhos, para que a comunidade católica se reproduzisse cada vez mais. Para os homens, era determinante o papel do homem como provedor do lar e responsável pela vida em sociedade de sua família.

Referente às correntes científicas que apoiam a atuação da Igreja católica no século XIX, Schiebinger (1987) disserta que, quando estudada a anatomia dos corpos, que na época salientava a diferenciação entre os sexos, foi percebida a disparidade de tamanho do crânio

16

feminino ao masculino, e a partir de então, descrevia-se que a mulher teria menor capacidade intelectual, e portanto, menos condições de participar de domínios de governo, comércio, educação e ciência. Deste modo, devido aos corpos serem naturalmente diferentes, criam subjetividades diferentes na cabeça dos homens e mulheres, e assim, resultando em características psicológicas, sociais e comportamentais diferenciadas, como papéis de gênero e noções de sexualidade, por exemplo - temáticas abordadas posteriormente neste documento.

Associada a esta percepção da mulher como inabilitada de participação social, alguns autores já possuíam pesquisas que vinham em contraposto a estas acusações e a maioria das teorias de sua época, relacionadas ao distanciamento do gênero ao fator biológico e a sua relação com as questões sociais. Ainda em 1792, Mary Wollstonecraft (1792/1998), já denunciava, em seu livro "*A indication of right of Women*", que as diferenças de papéis sociais e entre modelos de modos de vida de homens e mulheres eram consequência dos

tratamentos diferenciados de que os mesmos sofriam durante a vida, e sua educação recebida. Neste contexto, Foucault (1997) traz como uma forma de justificativa para estes tratamentos, a burguesia democrática iluminista, presente no século XVIII, que, a partir destes estudos referentes a diferenciação biológica, relacionadas à teoria do Darwinismo, teriam como teorizar as diferenças de tratamento realizadas por gênero, e assim, naturalizar a desigualdade entre os sexos.

Partindo do ponto de que o desenvolvimento científico dos estudos de gênero tivera início principalmente com o movimento iluminista, Jane Flax (1991), uma das teóricas feministas pós-moderna, aborda sobre o tipo de acesso a ciência que tivemos durante o tempo, e que concebemos credibilidade. Quando abordamos sobre a temática de toda ciência produzida, principalmente após a Idade média, percebemos que a mesma reflete valores referentes a uma única parcela da sociedade: a dos homens, brancos e heterossexuais. Deste modo, estes homens funcionam como generalizadores, colocando o sexo masculino como objeto de referência. Um exemplo marcante, facilmente percebido nos dias atuais, é de que nos referimos sobre a humanidade como “homens”, esquecendo as entrelinhas que este termo comporta e sobre quem estamos falando quando relacionamos o gênero de pesquisadores do século passado. Neste processo de desenvolvimento do estudo de gênero a partir da perspectiva de ação social, se observava uma limitação referente à conceituação do termo, impedindo que fossem incorporadas demais características de estudo se associada unicamente ao biológico.

17

Portanto, ao mesmo tempo que o sistema binário de dois sexos se fortalecia, devido às influências, ajudava a estabelecer as desigualdades morais e políticas entre homens e mulheres (COSTA, 1995), de modo que os mesmos possuíam papéis sociais completamente diferentes.

Percebe-se então, que apesar de dois séculos de evolução referente à área de pesquisas de gênero, os problemas referentes a temática ainda se parecem muitos com os retratados por Mary Wollstonecraft (1792/1998) no século XVIII.

É com a chegada do século XX, que podemos contemplar o aumento da divulgação e popularidade dos estudos relacionados ao gênero no mundo e o desenvolvimento de famosas

teorias utilizadas na atualidade. Na primeira metade do século, após o impacto referente a escassez da população masculina, gerada pelos campos de combate referentes a “Primeira Grande Guerra” nos anos de 1914 a 1918, é possível perceber mudanças significativas relacionadas aos direitos das mulheres e suas relações de trabalho.

Embora as mulheres desta época dispusessem de participação social, muitos dos direitos exercidos pelos homens ainda não eram concedidos às mesmas. No entanto, haviam movimentos feministas e de emancipação de mulheres, surgidos ainda na segunda metade do século XIX e ampliados no século XX, que expandiram as discussões relacionadas aos problemas de gênero. Entre as causas defendidas por esses movimentos estavam o direito ao voto e à representação política, o acesso à educação e ao mercado de trabalho, a liberdade sexual, a igualdade de oportunidades de trabalho e de salários, a independência (FRAZÃO e ROCHA, 2006).

Apesar da diversidade de temáticas abordadas pelo movimento, é com o início do séc. XX que este ativismo passou a se focar na conquista de poder político, especialmente no direito ao voto por parte das mulheres, com o movimento Sufragista, contextualizado em diversos estudos por Karawejczyk (2007). Este movimento, se tornou referência universal quando abordamos sobre a evolução de teorias feministas e conquistas de direitos de mulheres no mundo. Como consequência da pressão social realizada pelo movimento sufragista, no Reino Unido, e sua eficiência, que, no ano 1918 foi concedido o direito ao voto às mulheres acima de trinta (30) anos de idade no país, e conseqüentemente, a disseminação de um movimento efetivo em vários países democráticos do mundo.

18

No Brasil, portanto, é a partir da agitação social, fruto das greves operárias, em 1917, que surgiram grupos mais consolidados referentes ao feminismo nas organizações sociais e a perseguição ao voto. A Federação brasileira do progresso feminino, fundada por Bertha Lutz, teve papel fundamental na conquista do sufrágio feminino e conseqüentemente, na luta pelos direitos políticos da mulher brasileira. Esta organização se mobilizou, e tornou-se modelo para a população, segundo Vianna (2017), por meio da representação feminina na imprensa, organização de congressos sobre a temática sufragista, lançamento de candidaturas femininas, panfletagem relacionadas ao assunto e representação do Brasil no exterior. O então Presidente,

Getúlio Vargas, a partir do plano nacional, resolve simplificar as restrições às mulheres, e, através do decreto n.º 21.076 de 1932, institui o Código Eleitoral Brasileiro, que autoriza as mulheres ao direito a votar e serem votadas.

Simultaneamente aos grupos feministas da época, que se preocupavam principalmente com a igualdade entre os sexos e suas especificidades a partir de um panorama liberal, eram criadas novas teorias que problematizavam cada vez mais as relações de gênero. Assim então, durante os anos 30, surge a teoria do papel social (STELLMAN, 2007), que questiona principalmente a ideia prévia de que se tinha sobre a relação social entre os sexos – até então denominados em dois (macho-fêmea). Esta teoria declara que os papéis sociais são reflexo de comportamentos do indivíduo, esperados por seus próximos e por si mesmo, não sendo características inatas. Sob esta perspectiva, a masculinidade e a feminilidade eram interpretadas como o papel sexual internalizado, produto da socialização (CONNELL, 1995).

Deste modo, a definição de funções por sexo, classificadas entre “coisas de mulher e coisas de homem”, tanto no sentido pessoal, como de função social, não era possível de naturalização. E sim, que eram, de fato, instáveis, devido a sua dependência a fatores sociais de determinado contexto, e, portanto, possíveis de mudança. A partir desta teoria, que se iniciam diversos estudos diferenciados, referentes às consequências de mudanças sociais aos indivíduos. Tem-se então, um início de um grande processo de desenvolvimento de teorias referentes à identidade, gênero e sexualidade, associadas principalmente ao contexto da manipulação pelo coletivo.

Referente às problematizações realizadas no período, pode-se destacar principalmente, a associação, por meio de estudiosas feministas, da temática de gênero á teorias socialistas e marxistas, considerando não apenas o papel social de mulher, mas também, questões culturais e de classe. Um exemplo de obra que trouxe a tona problemas reais sobre as questões sociais

19  
durante a época, é o livro da escritora francesa Simone de Beauvoir, denominado “O Segundo Sexo” publicado no ano de 1949. Esta obra é uma contribuição de grande relevância para o desenvolvimento de pesquisas de gênero até os dias atuais, e serviu como base para estudos mais aprofundados sobre temáticas, a partir de perspectivas que não vinham sendo trabalhadas. Neste livro, Beauvoir (1949) traz uma famosa citação que direcionaria olhares quando discorrido sobre gênero: “não se nasce mulher, se torna mulher”.



Partindo desta mudança de perspectiva sobre os estudos das relações de gênero, que podemos observar a chegada da denominada “segunda onda feminista”, termo que, começou a ser utilizado por estudiosos e pelas próprias feministas, para descrever um movimento mais novo. Este movimento, vinha associado a lutas pela igualdade social e ao incentivo às mulheres, para que entendessem os aspectos pessoais de suas vidas como politizados, reflexo de estruturas sexistas da sociedade da época.

A segunda onda feminista retorna com força nos anos 60 e 70 (PINTO, 2010), após uma desaceleração, especialmente nos Estados Unidos e na França. Em coexistência com a guerra do Vietnã, movimento hippie, resistência a ditaduras e uma série de movimentos estudantis, fatos históricos que tiveram grande influência nas temáticas de desenvolvimento dos direitos humanos, revolução sexual, e mobilizações contracultura, que se reinicia o movimento feminista, a partir de novas influências, percebendo novos questionamentos no papel das mulheres. É em meio a esta efervescência do feminismo, que, em 1963, Betty Friedan lança o livro “A mística feminina”, considerado referência para a segunda onda, assim como o livro “Segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, foi para a primeira. Neste livro, a autora discute sobre a crise de identidade feminina, analisando o modo de construção da mulher como dona de casa, mãe e esposa, e conseqüentemente, a insatisfação das mesmas na designação deste papel. Desta forma, o movimento feminista defendia, também, que a diferença entre os sexos não pode oportunizar relações de subordinação da mulher ao homem, nem de opressão da mulher na vida social, profissional ou familiar.

As feministas entendem as qualidades ditas masculinas ou femininas como conquistas individuais e não de um ou outro sexo. (OLIVEIRA e KNÖNER, 2005). A partir deste livro, é possível para as mulheres da época, a percepção de comunidade das mesmas com as outras, sujeitadas a papéis secundários, em relações de dependência social e financeira de seus parceiros. A obra, portanto, serve como um meio de informação, a partir das teorias feministas, para que estas mulheres percebam que não estão isoladas em seu contexto, e que as relações de gênero são fatores comunitários, que afetam as demais estruturas da sociedade, seja no segmento pessoal ou de grupo, por meio de organizações, tratamentos, políticas, etc. Fruto deste movimento, que anos depois, criou-se o slogan, universalmente famoso, “O pessoal é político”, pela autora Carol Hanisch, que concentra, e assim define, de forma simples, o sentimento de crítica ao modelo de vida das mulheres da época e as relações sociais que as

circundavam, observando todos os segmentos de influência sobre as mesmas, tornando-se símbolo das atividades do período.

O feminismo da época, dos anos 60-70, possuía dois vieses diferenciados: enquanto as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina sofrida e a busca da igualdade dos sexos, as estudiosas francesas requisitavam a valorização das diferenças entre homens e mulheres, dando foco, principalmente, as especificidades do modo de vida feminino e seus efeitos em suas vidas. Estas duas categorias podem ser classificadas por “feminismo de igualdade” e “feminismo de diferença”, conseqüentemente, definidas por Scott (1988), como “concebida em termos de paradoxo, ou seja, em termos de uma proposição que não pode ser resolvida, mas apenas negociada, pois é verdadeira e falsa ao mesmo tempo”. Deste modo, percebemos a aparição do conceito de equidade nos estudos feministas da época, entre igualdade e diferença, ainda que relacionamos a mesma temática: o avanço do movimento. A partir do conceito de equidade, podemos perceber que, mesmo com ambos vieses, ainda há muito a ser percorrido quando trata-se de questões de gênero, podendo-se “[...] considerar que o objetivo principal do feminismo foi e continua a ser a constituição de um espaço verdadeiramente comum aos homens e às mulheres, apelando para as teorias de igualdade” (COLLIN, 1991, apud NOGUEIRA, 2001, p. 8), ainda que, dentro das subjetividades de cada sexo. Porém, sabe-se que a sociedade parte de um modelo masculino, como já tratado, e portanto, quando as mulheres se baseiam na teoria de busca de igualdade, são respondidas com comportamentos relacionados ao sexo masculino, considerado padrão. Assim, a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres ocasionou a confusão entre igualdade de direitos e igualdade de natureza entre os dois sexos. (FRAZÃO e ROCHA, 2006), ocasionando um senso de insuficiência e provação em relação às mulheres, uma busca de representações impossíveis. Esta provação de igualdade, apesar da intenção inicial, apenas acarretou conflitos, de modo que, quando as diferenças entre feminino e masculino são suprimidas, impedimos a constituição de uma identidade em consonância com a identidade de gênero, o que gera conflitos tanto intrapsíquicos quanto relacionais.” (FRAZÃO e ROCHA, 2006). Neste caso, percebe-se a necessidade de identificação de especificidades de cada sexo referente a seu papel

social e sua identidade como ser. Com esta identificação especificada, é possível o desenvolvimento da identificação de comportamentos ideais em ambos os sexos, não tendo como referência única a posição masculina. É necessária, desta maneira, a identificação de

problemas de ambos os sexos, assim como seus atributos, como forma de potencialização de nossa sociedade como um todo.

O novo feminismo aparece, então, como um movimento libertário, que não busca apenas participação social para as mulheres, mas também procura por novas formas de relacionamentos entre homens e mulheres, de forma mais recíproca e igualitária, onde as mulheres tenham liberdade e autonomia para decidir sobre si mesmas.

É a partir da segunda onda, que são questionadas as ações realizadas no primeiro movimento, assim como, todas as camadas de socialização da vida das mulheres e suas referências, de forma mais crítica do que nunca. Além dos estudos referentes aos papéis sociais, foram levantados, também, durante a segunda onda, questionamentos frequentes sobre gênero, sexo e orientação sexual, devido ao acontecimento da revolução sexual, e aos movimentos da época. Gilbert, Hallet e Elldridge (1994), citados por Nogueira (2001), dizem que para classificar os indivíduos segundo a anatomia humana utiliza-se o termo sexo. Assim, um indivíduo é macho ou fêmea (masculino-feminino) devido ao fator biológico, o corpo. Robert Stoller, portanto, ainda em 1968, publicou o livro *“Sex and Gender”*, e introduziu a palavra gênero para diferenciar do termo sexo, determinando, por meio de suas investigações, que as características de gênero não são garantidas pela biologia, uma vez que muitos sujeitos apresentam características femininas ou masculinas em dissonância com sua anatomia. A utilização do conceito de gênero proporcionou, então, o afastamento da ideia de determinismo biológico relativa ao sexo (OLIVEIRA e KNÖNER, 2005). Essa transformação auxiliou no desenvolvimento de demais teorias relacionadas ao termo, principalmente vinculadas a questões sociais, influenciadas pelas relações interpessoais em sociedade, por meio de diversos autores. Podemos observar Juliet Mitchell, Françoise Héritier e Joan Scott, assim como, posteriormente, demais estudiosos, como Ari Sartori, por exemplo. Observemos, portanto, as definições dos mesmos referentes ao conceito de “gênero”:

Para Mitchell (1988), citado por Oliveira e Knoner, (2005), as sociedades denominam as pessoas de homem e mulher, designando seus atributos respectivamente por masculinidade e feminilidade. O autor reconhece, no entanto, que essas qualidades não são fixas.

Para Sartori (2004, citado por Oliveira e Knoner, (2005), o gênero constitui uma construção social, abordando as relações de poder entre homens e mulheres. Essas relações variam em diferentes sociedades e culturas, e mesmo dentro de uma mesma sociedade. Portanto, não são fixas.

Françoise Héritier (1996), em sua coletânea sobre o pensamento da diferença sexual, insiste sobre o fato de que o gênero se constrói na relação homem/mulher, uma vez que não existe indivíduo isolado, independente de regras e de representações sociais.

(Scott, 1998) Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social móvel que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos

Fonte: Próprio autor (2020)

Com base nestas teorias, as informações referentes a identidade de mulheres fazem parte das informações sobre homens, e vice-versa, conseqüentemente. É a partir das diferenças, que homens e mulheres se constroem juntos, com base em seus papéis sociais e suas representatividades, tendo o outro sexo como parâmetro de igualdade e diferença. Para Martinez (1997), citado por Pereira e Fernandes Filho (2008), o conceito de gênero inclui diversos componentes, como identidade, valores, prestígio, regras, normas, comportamentos, sentimentos, entre outros, portanto, a partir desta perspectiva de correlação, o gênero se estabelece, com base em contextos estimulados ao indivíduo.

Dessa forma, o gênero acontece apenas com a atuação de relações interpessoais, construídas pela sociedade. Money (1955) postula que, o fator mais decisivo para a formação da identidade masculina ou feminina da criança é a designação do gênero. Com embasamento nesta designação, é que o indivíduo terá todas as suas futuras interações, fortalecendo seus vínculos relacionados ao sexo e suas interpretações do que é ser feminino ou masculino, e sua identificação perante ambos.

Segundo Joan Scott (1988), o gênero não apenas se constrói sobre a diferença de sexos, mas, sobretudo, uma categoria que serve para “dar sentido” a esta diferença. Deste modo, o gênero é um meio de identificar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, e assim, observar mudanças relacionadas ao tema e suas influências sociais. O Gênero, logo, funciona como um delimitador do que é social, cultural e historicamente determinado no processo de atuação de papéis sociais, ou identidades sociais.

De toda forma, a partir dos estudos de gênero, é possível observar identificações relacionadas ao sexo e sexualidade e suas mudanças. Assim, reconfigurando as representações sociais de feminino e de masculino, a partir dos conceitos de sexo e gênero referentes à sociedade da época em questão.

A segunda onda do feminismo (1970-1990) foi imprescindível, quando relacionamos a temática dos estudos de gênero aos movimentos libertários que aconteciam no mundo (PINTO, 2010), levando em consideração o sentimento de revolução e progresso referente às questões sociais da época. A segunda onda feminista abordava sobre a raiz dos problemas de gênero, se perguntando o porquê da opressão generalizada das mulheres, independentes de cultura, classe, cor ou sexualidade.

É com base em estudos especializados que se encontram respostas baseadas na determinação social da mulher à sua função reprodutiva, exploradas por décadas pelo sistema do patriarcado, assim como o capitalismo, segundo as teorias marxistas, trazidas pelas estudiosas. Assim, as feministas do segundo período, trazem a temática de opressão do patriarcado como ferramenta de agrupamento entre todas as mulheres, independentes de suas peculiaridades pessoais, mas como também, uma forma de mecanismo de manutenção de poder masculino.

As feministas de segunda onda e as mulheres socialistas/marxistas se uniram em pautas referentes à dupla jornada feminina, à diferença de salários e a divisão do mercado de trabalho. Apesar disto, segundo Franchini (2017), a maioria das autoras e feministas radicais ainda eram brancas e de alta classe, o que gerava análises consideradas insatisfatórias ou para grupos diferentes de mulheres, que não se percebiam atendidas pelo movimento. Sendo assim, Ângela Davis, na década de 80, foi uma autora que explorou não apenas as questões feministas, como as associou a discussões de gênero relacionadas às desigualdades raciais, reivindicando que características específicas de suas identidades também fossem contempladas.

Assim, se iniciavam análises identitárias dentro do feminismo, por meio de mulheres que não se sentiam representadas, principalmente pobres, negras e lésbicas. Essas feministas declaravam que as diferenças existentes entre as mulheres eram características de suas identidades, experiências, e formas de repressão, e portanto, haviam suas particularidades em meio ao feminismo, e mereciam audiência. Levantado por estas questões, o movimento feminista, no Brasil, nos últimos anos de ditadura militar, adquire um aspecto efervescente. Pode-se observar a criação de grupos e coletivos de mulheres em todas regiões do país, tratando de temáticas diversas, relacionadas ao feminismo, como violência, sexualidade, direito de trabalho, racismo, maternidade, etc.

Apesar do surgimento do feminismo brasileiro ter como base a classe média intelectualizada, é nas comunidades de classes populares que ele foi difundido, por meio da organização social de mulheres, de movimentos populares, em busca de saneamento, saúde, educação para as populações à margem da sociedade. Assim, o feminismo cumpriu um papel não apenas como ferramenta de estudos nas relações de gênero, mas como também, referente a questões sociais e políticas da época. É a partir da associação do movimento feminista com as políticas sociais e filosofias identitárias, fortalecidas pelo mundo a partir do período, que culminou a emergência da terceira onda do feminismo, focada nos movimentos de resistência e representação.

Nos anos 1980, as feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós estruturalista de Michel Foucault e de Jacques Derrida, passam a intensificar estudos sobre a questão da subjetividade, em relação às experiências de cada mulher, percebendo que, estas características são construídas pelos discursos e definem tipos diferentes de luta, quando relacionadas ao movimento feminista. Surge, assim, a terceira onda do feminismo, com o objetivo de analisar as diversidades e a produção discursiva da subjetividade. Com isso, passamos de tratar sobre o campo de estudo sobre as mulheres e sobre os sexos, para o estudo das relações de gênero, em si. O feminismo da terceira onda surge como uma ferramenta de questionamento entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, a partir de um momento, onde as universidades são criadas, e é possível observar o início de estudos acadêmicos na área de gênero. Ainda que, Collins (2002), define que, tanto a movimentação feminista, como o desenvolvimento das teorias de gênero, deve existir em uma interação aberta, ao contrário do que vinha sendo retratado, tendo como perspectiva o auxílio de um em

relação ao outro.

25

No entanto, o propósito da terceira onda feminista, é trazer para discussão, a micropolítica, assim como, desafiar definições essencialistas, na busca pela destruição de analogias, e a crítica às prévias narrativas de liberação e de vitimização, realizadas ainda na fase anterior. Esta fase, que, tinha como base de experiência para as teorias, mulheres brancas de classe média-alta, e desconsiderava as distinções entre mulheres. Como ferramenta de contraproposta a estas ideias, que posteriormente, surgiu a teoria Transversalista, que buscava “políticas transversais”, ou seja, que possibilitava o diálogo entre todas as possíveis condições enfrentadas por mulheres no mundo.

Em 1989, Kimberlé Creenshaw introduziu o conceito de interseccionalidade, como uma designação para que mulheres atingidas por vários tipos diferentes de opressão, seja por raça, classe, ou sexualidade, por exemplo. O conceito foi criado para que mulheres pudessem analisar sua condição e se desenvolverem a partir do mesmo. O terceiro movimento também é chamado por alguns de “Pós-feminismo” pois se tratava de uma desconstrução do feminismo generalizado e construção de feminismos individuais, focados em grupos específicos. Em 1990, como instrumento de base para a terceira onda feminista, que, Judith Butler realiza a publicação de “Problemas de gênero”, por meio de sua tese do doutorado, na época. É a partir de seus estudos, que Butler (1990), questiona a diferença sexual, e a designa como construída através do gênero. Ou seja, o que define o “ser mulher” é a deliberação da sociedade a partir de reproduções de condutas, embasadas no controle social, rompendo, assim, o paradigma da divisão entre natural e social, sexo e gênero, quando retratado o gênero como algo performado - ideia que se desenvolve, futuramente, com a Teoria Queer, onde o gênero não é binário, ou seja, não existe apenas o masculino e feminino.

Apesar de um grande desenvolvimento dos estudos feministas com o passar dos anos, e das diversas manifestações em relação às temáticas, sabe-se que, em inúmeras partes do mundo, as mulheres ainda sofrem com os problemas de gênero, e as relações de desigualdade referente aos sexos. Quando em situação de vulnerabilidade, as dificuldades referentes aos problemas de gênero se agravam, devido á realidade muito pesada, que não permite o desenvolvimento de críticas sobre questões da mulher, levando em consideração, de que existem inúmeros empecilhos para o mesmo. Um fator, que é de grande relevância na atuação do feminismo em locais vulneráveis, ou remotos, muitas vezes, é a falta de acesso a informação referente a suas

especificidades e seus direitos. Desta forma, volta a ideia de que o feminismo precisa ser reorganizado, referente a experiência de cada grupo social, pois quando retratada na teoria, de modo generalista e igualitário, não pode ser adaptada a todos os casos, pois não partem todo de

26

um mesmo cenário. De qualquer forma, o feminismo é um movimento que já possui uma participação relevante em nossa sociedade, e apesar das dificuldades, vem conquistando espaços. No meio rural, por exemplo, apesar das dificuldades, já é possível observar garantias às agricultoras, mães, e trabalhadoras, que antigamente, não eram possíveis, graças aos movimentos feministas de mulheres rurais.



### **3 GÊNERO, PERIFERIA E A MULHER RURAL**

Os seguintes capítulos, referentes aos estudos de gênero, servem como embasamento para a análise do documentário “Sozinhas”, fruto desta monografia. Deste modo, a partir do estudo dos conceitos de mulher rural, papéis de gênero, periferias e a necessidade de redes,

que fora possível, realizar, a investigação adequada do discurso protagonizado pelas mulheres do documentário, a partir de princípios teóricos.

### **3.1 A mulher e o novo rural**

Com o aumento da informação, naturalmente vão se desenvolvendo mais pesquisas nas mais diversas áreas de estudo. Assim acontece, portanto, com o meio rural, que avança em busca de desenvolvimento, por meio do auxílio de organizações como a EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. O intuito, com o aumento das mesmas, é de, não somente disseminar informações referentes à sociedade rural, mas como também, tornar-se uma ferramenta de desmistificar as diferenças, socialmente definidas, em relação às áreas urbanas. A partir da concepção de exploração econômica das áreas rurais no Brasil, surgida ainda no período colonial, que se funda a ideia de progresso dos meios urbanos, designando, conseqüentemente, ao âmbito rural, a ideia de atraso, segundo o ponto de vista sociocultural da época.

Desta forma, não é acidental que os primeiros estudos relacionados ao meio, foram designados a estas diferenças. Tal dicotomia viria a classificar o espaço rural como aquilo que não é urbano, sendo definido, por exemplo, a partir de carências e não de suas características (MARQUES, 2002), o tomando como secundário, nas relações de importância social. A partir dos anos, no entanto, com os processos de industrialização do campo, desenvolvimento de políticas públicas de governo, direcionadas a população rural e a criação de programas de crédito para produtores, a percepção sobre o meio vem sofrendo diversas mudanças, com base no seu desenvolvimento.

No novo conceito de ruralidade (LIMA, 2007), o mesmo é entendido como um processo, ligado diretamente ao meio urbano, onde cada uma das partes fornece seus produtos específicos, para o desenvolvimento de uma sociedade em colaboração. Desta forma, ambas as partes possuem funções primordiais para o crescimento do outro, e de si próprio, conseqüentemente. Assim, o espaço rural entra em um processo de ressignificação de suas funções sociais, ao atrair outras atividades econômicas e outros interesses da sociedade, não se sustentando mais na desqualificação de “atrasado”, mas apoiando-se na valorização da natureza

28

e do patrimônio sociocultural dos espaços rurais (CARNEIRO, 2002. p. 31), podendo ser classificado e analisado de forma igualitária e única por meio de suas especificidades. A

ruralidade, deste modo, deve ser percebida a partir de seus padrões de relacionamentos e suas construções sociais concebidas, e não relacionada "à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente" (WANDERLEY, 1998), pois a mesma, assim como o meio urbano, possui dependências em setores específicos em relação ao outro, e que são tratados de formas diferentes, em discordância com a degradação sofrida em relação às ruralidades e suas características.

O meio rural brasileiro é constituído, principalmente, das atividades de agropecuária, agroindústria, extrativismo, silvicultura e conservação ambiental. A agricultura, contudo, possui grande destaque, quando nos referimos ao nível de produção e o retorno financeiro para o país, referente principalmente à autossuficiência na produção e consumo de alimentos, e também, quando observamos a alta taxa de exportação de produtos. Considerando a dimensão territorial do Brasil e suas diferenças geográficas, que se pode observar o desenvolvimento de diferentes tipos de culturas de produção, relacionadas diretamente ao clima, vegetação e temperatura. Na região sul, por exemplo, a agricultura é a atividade econômica mais rentável e maior empregadora entre os trabalhadores, sendo responsável por 16,2% do PIB (Produto Interno Bruto Nacional), segundo estudos de 2017, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em Santa Catarina, principalmente na região oeste, futuro objeto de análise, a agricultura possui o papel de base na formação social e econômica (KONRAD, 2012) do estado, de forma que possui um grande poder de transformação e influência. Desde o período colonial, com as migrações ocorridas na região, o oeste catarinense dispôs de uma ligação forte com a agricultura, e, apesar de sua dependência econômica, foi apoiada na mesma, a possibilidade de desenvolvimento do estado. Apesar de algumas crises já terem prejudicado o segmento no estado, o mesmo vem se adaptando aos novos meios de produção, com base, principalmente, no trabalho da agricultura familiar. Neste modelo de produção, no entanto, diferentemente do retrato industrial de trabalho, o cultivo da terra é realizado por pequenos proprietários rurais, tendo, como mão de obra, essencialmente, o núcleo familiar do proprietário. Isso faz com que, o trabalho rural, se torne muito mais do que uma atividade de produção econômica, e se desenvolva para um cenário de complexidades relacionais, envolvidas em diversas camadas econômicas e sociais.

segmento do trabalho, como também nas especificidades de suas vivências do dia-a-dia, o número de homens agricultores, no Brasil, segue estável, enquanto as mulheres estão cada vez participando menos do mesmo, consequência, principalmente, do fenômeno do êxodo rural, que já vem como um problema do segmento por décadas. Segundo o IBGE para o Censo Agropecuário, de 2017, a participação masculina permaneceu em 4,1 milhões de pessoas, enquanto as mulheres, mantiveram-se em 945,4 mil. Quando observados os dados, referentes aos filhos e filhas de agricultores, os do sexo masculino tendem a permanência ativa no campo, enquanto, em contrapartida, as jovens mulheres, assim que assumem a idade adulta, tendem a migração para as cidades próximas. De acordo com o Anuário das Mulheres Brasileiras, de 2011, pesquisa já abordada anteriormente neste documento, dos 27,1% de empregos permanentes da agropecuária, somente 5,1% são ocupados por mulheres. A gritante diferença em relação ao poder econômico, pode ser demonstrada, ainda com mais força, quando percebemos que o único índice liderado pelas mulheres é o referente ao trabalho não remunerado. Enquanto 11,1% dos homens trabalhavam na área rural sem expectativas de ganho monetário, ou seja, salário, o número atinge a marca de 30,7% quando referente às mulheres. Do ponto de vista social das relações de gênero, pôde-se observar estas questões como consequência das desigualdades de tratamentos entre os sexos nas relações de comunidade e valor, aliado, ainda, a falta de oportunidades e a dificuldade de alcance da autonomia financeira por parte destas mulheres. Desta forma, a “desvalorização que cerca o papel feminino talvez tenha uma pequena contribuição para esse êxodo das mulheres do campo” (MELO, SABBATO, 2009), colaborando com que estas mulheres necessitem buscar outras alternativas para a independência financeira, ou então, se submetam a relações diretas de desigualdade.

Os avanços dos movimentos feministas e estudos de gênero, apesar de sua grande abrangência atual e o seu reconhecimento no Brasil e o no mundo, não possuem a habilidade de contemplar todas as mulheres de forma efetiva, de modo que, se desenvolvem a partir de questionamentos sociais realizados pela própria comunidade local. A desigualdade de gênero, que nos centros urbanos já é um problema, se vê intensificada no meio rural, por diversos fatores sociais e econômicos, característicos destas regiões. A mulher rural, portanto, é marginalizada, de modo que seus princípios sejam ignorados, e sua importância econômica seja questionada, por meio de uma comunidade que propaga e reafirma valores machistas, apesar dos avanços feministas requeridos pelas mulheres. Gergen (1996), descreve que, o objeto de análise, deve ser observado com base no seu contexto social e histórico, de modo

que, a mulher rural, neste

30

caso, deve ser analisada a partir do seu entorno e suas influências sociais adquiridas durante a vida, relacionadas à sua identificação como “ser feminino” e seu papel social. Neste processo identitário, no entanto, as mulheres sofrem severas influências negativas, referentes a cultura do machismo e patriarcado, em voga nestas comunidades em que estão inseridas, indo em oposição a suas aspirações e concepções de igualdade dos sexos. A forma de socialização da mulher rural é considerada oposta as relações do homem, ainda fundamentada nos primórdios dos estudos de gênero, onde os sexos possuem, intrinsecamente, características particulares. Neste contexto, a mulher é definida como submissa, familiar, vulnerável, e doméstica, considerando de que o homem seria o ser social e de poder da relação. Apesar de pertencer à mulher, o papel de domínio sobre cuidados do ambiente doméstico e familiar, é por meio dele que o homem constitui sua função de poder sobre a esposa e seus filhos, local de reivindicação de seu poder autoritário. “Se estabelece, (então), uma ética privada, criando relações de hierarquia e poder nos laços familiares”, (LEAL, 2010), naturalizando a vulnerabilidade de gênero nos contextos familiares e sociais, e conseqüentemente, a definição de papéis de gênero segmentados para ambos os sexos, com base no poder.

O isolamento das mulheres rurais contribui intensamente para as relações de machismo e poder sofridas pelas mesmas. Este, que, pode ser analisado a partir de dois vieses: relacionado ao local físico ou a oportunidade ao acesso à informação. O termo “isolamento social” pode ser explicado, de modo que, assim como as residências estão localizadas distantes da área urbana, e de vizinhos, permanecem, portanto, longe de qualquer interação fora do seu círculo familiar. Quando trata-se sobre acesso à informação, às mulheres rurais possuem menos oportunidades para se comunicarem com outras pessoas ou órgãos de referências, seja pessoalmente ou por meio de plataformas, as tornando reféns apenas do que já as é habitual, não tendo conhecimento sobre direitos que as abrangem. Ambos fatores se alinham quando nos relacionamos a necessidade de auxílio da mulher rural, muitas vezes não atendido, e a autoafirmação de conceitos machistas já reconhecidos pela sociedade em seu redor. Elementos socioeconômicos referentes ao meio também são necessários de abordagem quando relacionados com a desigualdade de gênero e o direito de informação destas mulheres. A falta de telefonia e/ou internet, a ausência de serviços de saúde psicológica, ou social, juntamente com a falta de políticas públicas e a invisibilidade retratada sobre o seu trabalho, cria um cenário de impotência para a mulher rural, que se percebe presa em relações desiguais,

socialmente forçadas. Associada a princípios de priorização familiar e de matrimônio, como “o desejo de ter a família e de mantê-la unida; a prescrição dos papéis familiares com diferentes funções para

31

o homem e para a mulher, no qual ele tem a função de provedor e chefe da família e a mulher a responsabilidade de cuidar do lar e dos filhos (Narvaz, 2006), essas agricultoras permanecem nas relações de opressão durante longos anos, devido dimensão que a instituição do casamento assume no cenário rural, pois este, lhes assegura um conjunto de papéis sociais esperados e, que as mantêm valorizadas na sociedade. Com base em um estudo realizado pela Revista Estudos Feministas, de 2004, que aborda sobre representações construídas por jovens do meio rural em relação ao casamento, na região Oeste de Santa Catarina, aponta que, para os rapazes, casar com uma mulher agricultora, é garantia de continuidade da produção familiar; para as moças significa “dar continuidade a uma vida de sujeição à vontade de outros que não a sua” (STROPASOLAS, 2004). Esta sujeição, muitas vezes, em silêncio, auxilia, ainda, na subnotificação de casos mais extremos, relacionados à violência psicológica e física, infelizmente, recorrentes do machismo estrutural.

Percebe-se, então, que a vulnerabilidade da mulher rural vem sendo demarcada por diversos fatores relacionados às desigualdades de gênero, refletindo a construção social da cultura masculina como hegemônica. Pierre Bourdieu, no livro *“Dominação Masculina*, de 1998, explica que as desigualdades de poder entre os gêneros são tão severas, que tornam difícil definir o limite entre o que é um comportamento criado culturalmente, como base de exploração por meio do machismo, ao momento em que barreiras são ultrapassadas, os definindo, então, como violência. Portanto, as “desigualdades entre os sexos, produtoras de iniquidades e vulnerabilizações, se constituem em violências em si” (BOURDIEU, 1998). A violência, retira da mulher a sua autonomia e seu direito de decisão sobre temas referentes à mesma, influenciadas diretamente pelo seu contexto, de reforço do papel da mulher como "ser inferior" e, ainda, a naturalização da submissão como algo ligado diretamente ao feminino. No entanto, Saffioti (1999), define que, quando tratado sobre relações de poder, são definidas polaridades: da potência e da impotência. As mulheres são socializadas durante todas suas vidas, geralmente, a conviverem com a impotência, e os homens, opostamente, são preparados para relações de força, poder e controle. Desta forma, “acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações desse tipo” (SAFFIOTI, 1999), onde o mesmo, se encontra no papel feminino, percebendo então, a

desigualdade nas relações, e não as aceitando.

A cultura machista do meio rural se estabelece, portanto, bem estruturada, com base em desigualdades que “se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e públicas e, também, nos diferentes grupos que constituem a sociedade, estando presentes no

32

cotidiano de vida e trabalho das mulheres rurais” (Guedes, 2009), e que se fundamenta em uma coalizão forçada, por meio da dominação simbólica. A dominação simbólica necessita que os dominados tenham incorporado às estruturas segundo as quais os dominantes percebem, estruturam e hierarquizam as relações (BOURDIEU, 2009), neste caso, as mulheres. Assim, a dominação masculina é um caso particular, mas também, fruto extremo da dominação simbólica, “muitas vezes expressa por limitações, obrigações para o corpo, permitindo que se fale em violência (de gênero)” (BOURDIEU, 2009). Apesar das dificuldades sofridas pelas mulheres do campo, segundo estudos realizados a partir da publicação “*O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação*”, elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), de 2010, apontam que, se as mulheres tivessem os mesmos incentivos de trabalho e produção, disponibilizados aos homens, elas poderiam aumentar a produtividade de suas lavouras de 20 a 30%. Essa mudança potencializaria, não somente as relações de ganho econômico das mulheres rurais, mas como também, proporcionaria uma experiência diferente em diversos aspectos referentes às relações sociais e de empoderamento das mesmas.

### **3.2 Papéis de gênero e trabalho**

A delimitação de diferentes contribuições sociais entre os membros de um mesmo grupo familiar e as definições de papéis referentes à mulher, em relação com seu lugar ocupado na família, no casamento, e na comunidade, são construídas e reproduzidas socialmente, a partir de referenciais culturais que legitimam e reforçam o controle por parte do ser masculino, num terreno de assimetrias de “poder simbólico, relações de produção e reprodução do capital simbólico” (BOURDIEU, 1999, p. 55). Reflexos da dominação masculina fazem parte, diariamente, da experiência das mulheres rurais nos mais diversos segmentos de atuação, de forma que, as mesmas, em relação ao trabalho e família, possuam uma representação social minoritária, e os homens, em contrapartida, sejam “valorizados como responsáveis pela respeitabilidade dos membros de seu grupo doméstico” (Carneiro,

1996) e tudo que os compete. É então, definida como masculina, a área que abrange sobre o ganho de capital financeiro familiar, transformando o processo de trabalho em um resultado único, o lucro. Conseqüentemente, a ideia de renda do trabalho feminino, localizado no processo de desenvolvimento da produção, é tomado como “ajuda”, e sustenta o processo de subordinação destas mulheres.

33

É com base em pesquisas já realizadas no segmento de trabalho rural relacionado a gênero (BRUMER, 2004; KARAM, 2004), que pode-se afirmar, que, mulheres, e também crianças, ocupam uma posição subordinada, onde o trabalho é raramente reconhecido, ainda, que as mesmas se esforcem tanto quanto aos homens, ou executam atividades semelhantes aos mesmos. Essa invisibilidade produtiva é evidenciada, ainda mais, pela valorização específica do trabalho de produção nas lavouras, que traz o maior retorno financeiro para o núcleo familiar, desconsiderando, no entanto, de que o trabalho doméstico e de manutenção da família, realiza grande parte das relações que sustentam o trabalho na terra. Outros fatores que auxiliam na manutenção da ideia de invisibilidade do trabalho feminino rural, é de que os mesmos, geralmente se situam no interior da residência da família ou em proximidades, sendo os homens, os responsáveis pelos contatos externos com cooperativas, bancos, sindicatos, etc, o que dificulta também, as possibilidades de aprendizado de conhecimento tecnológico e administrativo, por meio destas mulheres, não às dando oportunidades de atividades de gerência de produção. Segundo uma pesquisa realizada na cidade de Cruzeiro do Sul- RS, Anita Brumer e Nádia Maria Schuch Freire (1983/1984) verificaram que, na divisão de trabalho, que se estabelece entre os sexos, as atividades mais comumente realizadas por mulheres e jovens, referentes à manutenção do núcleo familiar, são as rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, de caráter mais leve, como limpeza da terra e colheita, seleção e embalagem dos produtos, quando referente a produção, e ao cuidado de animais e trabalhos da horta, principalmente se seus produtos forem destinados ao consumo da própria família. As mulheres ainda são responsabilizadas, integralmente, sobre o trabalho doméstico, no qual, as mesmas, possuem autonomia e poder para a decisão de compra de produtos, ou até mesmo, de venda, quando o mesmo, é fruto da produção familiar. No entanto, é necessário abordar que, apesar da criação de um sentimento de autonomia da mulher, por meio do empoderamento de venda, ele é falso, devido ao fato de que estas são ações eventuais e de pequeno valor, comparado ao ganho total da família.



Assim, os componentes familiares continuam significando o trabalho feminino como secundário, o que resulta, inclusive por parte das mulheres, que as mesmas “preferam exercer essa atividade (de lida no campo) ao trabalho doméstico” (FREIRE, 1983, p.111), ainda que se trate como “mais pesado”, em busca de uma valorização pessoal. É interessante ressaltar que, o caráter classificador entre “trabalho pesado”, ou “trabalho leve” é relativo e criado com base em influências culturais, de modo que não diz respeito, necessariamente, a medida de esforço, ou peso, suportado na realização da atividade mas sim, “devido à posição ocupada na hierarquia

34

da família por aqueles que executam o trabalho" (PAULILO, 1987), fundamentada em critérios de desigualdade entre os gêneros no ambiente familiar.

O termo divisão sexual do trabalho nasceu na França, com o objetivo de estudar as diferenciações, e possivelmente, as desigualdades, nas relações de distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho, analisando, por meio de suas variações de época e local. A partir deste conceito, que então, podemos analisar as divergências na divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos e suas especificidades (HIRATA, 2007).

No entanto, Brumer (1988), explica a atual divisão do trabalho, ou seja, desigual, entre homens e mulheres, em dois aspectos: o primeiro, é de que a unidade familiar de produção reúne esforços de toda a família, com foco no benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e de consumo. Já a segunda conceituação, é que vivemos em uma sociedade machista, em que se atribui ao homem o papel de provedor da família. Acontece, que,

as atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários requerem algumas qualidades que supostamente as mulheres [...] possuem ou que sua situação de trabalhadoras eventuais propicia (BRUMER, p. 5, 1988).

Desta forma, a autora classifica como características de destaque para estas trabalhadoras, a capacidade de multitarefas, a aceitação de baixa remuneração, e maior docilidade, como exemplos.

As mulheres rurais, além de todos os problemas relacionados à falta de valorização e autonomia, ainda convivem com um questionamento auto imposto pelas mesmas: a não

identificação como trabalhadoras na agricultura. Ainda que os números referentes às mulheres no âmbito rural sejam expressivos, de 14 milhões de brasileiras, segundo dados referentes ao censo de 2012, realizado pelo IBGE, sabe-se que os números de mulheres declaradas como agricultoras é muito inferior, cerca de 18%, segundo pesquisa do mesmo instituto, do ano de 2017. Isso indicaria que, “uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura, provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho”. (HEREDIA/CINTRÃO, 2006, p.5). Estas mulheres comparecem diariamente na lavoura, mas, devido a dupla jornada de trabalho, dividida entre os compromissos da terra e da casa, não conseguem permanecer em nenhuma das duas atividades durante o dia todo.

35

Quando estas agricultoras não estão no campo, ao contrário de que se pensa, de que elas permaneceriam apenas nos cuidados do lar, as mesmas possuem uma produção intensa relacionada a produção de alimentos para o sustento familiar, assim como na plantação de alimentos excedentes para venda local. A partir da propagação da Lei de nº 11.947, do ano de 2009, que determina que as prefeituras devam comprar 30% da alimentação escolar como fonte da agricultura familiar, foi possível a percepção de que os quintais também possuíam um valor econômico, e portanto, foram realizadas mudanças não apenas na forma de produção, mas como também, na forma de enxergar o trabalho feminino na agricultura familiar. Segundo sistematizações realizadas pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), de Raquel Torres (2019), até 70% do que é consumido nas famílias vem dos quintais. Esse estudo comprova (Torres, 2019), portanto, que as mulheres possuem um meio de produção econômica, mas que é invisibilizada por questões de gênero, e não, organizacionais.

Em 1988, a partir de uma pesquisa realizada em Ijuí-RS, (BRUMER, 2004) na região noroeste do Rio Grande do Sul, foi possível perceber diferenças no emprego da mão-de-obra familiar relacionadas ao tamanho da propriedade em questão e seu poder econômico, relacionadas ainda, à participação feminina ou masculina, de acordo com o porte do estabelecimento. As mulheres possuem maior força de trabalho quando relacionadas a atividades menos mecanizadas, e associadas, mais, a trabalhos manuais, de maior prevalência quando em pequenos produtores. Com base na avaliação por meio de Unidade de Trabalho Homem (UTH), de Brumer (2004), considerando-se o total de dias anuais de oito horas de trabalho dos membros da família, foi percebido que nos estabelecimentos com área inferior a

10 hectares as mulheres trabalhavam mais que os homens. No entanto, em localidades de porte mediano, de área entre 11 e 20 hectares, o emprego de homens e mulheres era equivalente, e, em continuidade, em propriedades com a área entre 21 e 40 hectares, o trabalho masculino supera o feminino, mantendo esta mesma relação de aumento gradual quando em áreas ainda maiores, segundo a **TABELA 2**.

**TABELA 2: Relação de área útil com UTH (Unidade trabalho homem)**

Área útil (hectares)	Número de estabelecimentos	UTH Masculino	UTH Feminino
Até 10	7	1,28	1,46
11-20	10	1,25	1,25
21-40	15	1,58	0,89
41-100	12	2,41	1,18
+100	3	2,87	0,65
Média	-	1,76	1,11

Fonte: Pesquisa de campo, Ijuí, (Brumer, 1988)

Como o estudo revela, nas propriedades maiores, as mulheres pertencentes ao núcleo familiar não possuem uma participação expressiva nas relações produtivas, de modo que o trabalho se realize de forma mais mecanizada, e principalmente, pelos familiares do sexo masculino. Nas pequenas propriedades, no entanto, o trabalho da mulher é de grande necessidade, pois é essencial na força de trabalho manual, e na realização de tarefas divergentes. Com a falta de possibilidade de decisão entre segmentos, as mulheres rurais da agricultura familiar, principalmente de pequena produção, são obrigadas a realizarem a, já conhecida, dupla jornada. Esta agricultora, ainda que seja a proprietária da terra, e produza na

mesma, é do homem o papel de decisão sobre quais serão as culturas de plantação e a forma de realização das mesmas, assim como, em casos intrafamiliares, de herança, por exemplo, a renomeação da propriedade é realizada em nome do marido, abrangendo mais um conceito de desigualdade: a violência patrimonial.

O trabalho da mulher rural, portanto, possui diversas conotações específicas referentes às desigualdades de gênero, que as aprisionam em uma situação de isolamento, muito características, e que não podem ser reproduzidas em outro contexto. Deste modo, é necessária a análise delicada destes cenários, com base em suas especificidades e dificuldades de desenvolvimento. O trabalho da mulher está interligado com a sua vida afetiva e faz parte do contrato matrimonial (CARNEIRO, 1996), de modo que isso se intensifique ainda mais nestes cenários de confirmação das relações religiosas e familiares. Essa realidade experienciada, possui quadros diferenciados, relacionados às desigualdades, e que, quando sobrepostos, desenvolvem um panorama intenso e único de opressão, demandando interesses, também

37

específicos por parte das mulheres. Apesar do trabalho, enquanto manifestação constituinte da vida, adquirir conotação de autorrealização, a única forma da qual a mulher rural, fruto da desigualdade, pode fazer o seu trabalho diário, é colaborando com o trabalho do seu marido, portanto, “ela não chega a ter uma independência, pois o trabalho na roça limita a sua mobilidade de forma geral” (SCHAAF, 2003).

Mesmo nos finais de semana, entendendo como dia de folga de trabalho, as relações entre papéis de gênero e relações de poder simbólica persistem e se evidenciam. Quanto à escolha de atividades, cabe ao homem a decisão, principalmente, quanto a esfera pública, de modo que, as mulheres acabam tendo suas possibilidades restritas (VIANA, 2003), sendo em 55% a ocupação pela televisão, 20% por atividades religiosas, 6% festas comunitárias e 2% sair com amigos, segundo pesquisas do autor. Stropasolas (2002) observa, que, a situação das mulheres rurais de “do lar” dificulta as formas de lazer, e que, os espaços públicos são prioritariamente masculinos, ou autorizados para as mesmas sob a condição de acompanhadas pelo marido ou pelas amigas. Dessa forma, até mesmo as atividades de lazer são fundamentadas em concepções do espaço doméstico e relações culturais agressivas com estas mulheres. Devido ao cotidiano isolado e de opressão, é unicamente por meio da informação ou de redes de contatos que estas mulheres podem perceber a situação em que estão inseridas, e, portanto, se organizarem em busca da mudança.

## **4 COMUNICAÇÃO EM REDE**

Nos seguintes capítulos, trata-se sobre as temáticas de feminismo com base na informação, assim como suas consequências na organização de mulheres por meio de movimentos em busca de direitos. Em contrapartida, são analisadas, também, as políticas públicas oferecidas a estas mulheres rurais, que vivem em situação de vulnerabilidade, para que possamos entender ambos os lados de suas histórias.

### **4.1 Gênero, organização e comunicação**

Apesar de seus históricos de repressão e, da ainda, desigualdade vivida por meio das mulheres rurais, é possível perceber mudanças na atuação das mesmas quando abordamos sobre a representatividade feminina. Em ritmo lento, porém, gradual, as mulheres vêm desenvolvendo autonomia no meio rural e ganhando força em diversos segmentos, seja por meio da participação social em comunidade, autoridade familiar ou na gestão do agronegócio, relacionado aos processos produtivos e de renda familiar. Conforme estudo realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio e Instituto IPESO, de 2019, as mulheres rurais vem deixando de serem representadas apenas como filhas ou esposas de proprietários de fazendas, para se tornarem engenheiras, agrônomas e técnicas, alterando, portanto, o perfil da mulher

rural, e delimitando uma nova forma de poder nessa sociedade, por meio da renda. Segundo essa mesma pesquisa, é possível perceber que o perfil das mulheres brasileiras que atuam no agronegócio, mudou consideravelmente, de forma que, são mulheres de alta escolaridade, onde, cerca de 60% possuem curso superior e, aproximadamente, 88% obtêm independência financeira. Sabe-se que, no entanto, relacionando criticamente estes números com a proporção brasileira de mulheres e homens, assim como, a população de habitantes do meio rural e a situação do êxodo feminino, as mulheres, quando em situação de vulnerabilidade social ou financeira, tendem a recorrer ao meio urbano em busca de oportunidades. Dessa forma, pode se perceber essa pesquisa a partir de duas abordagens, onde uma se refere ao empoderamento das mulheres rurais por meio da renda e da informação, onde as mesmas retornam ao campo com qualificação, levando em consideração que já tiveram acesso prévio a uma educação de qualidade. E a segunda, que aborda sobre o fato de que este estudo foca principalmente nos pontos positivos do agronegócio, desconsiderando as mulheres pertencentes a agriculturas familiares, que, sobretudo, tendem a não se rotularem como “atuantes do agricultura”, como previamente tratado nesta monografia, e que tendem a não participar das pesquisas realizadas sobre o tema, desestabilizando os números referentes aos dados do campo.

39

Todo caso, é genuíno que as mulheres estão ganhando cada vez mais força em todos os âmbitos da sociedade, principalmente com o avanço do feminismo e as ações de movimentação das mulheres nos mais diversos segmentos. No meio rural, portanto, não é diferente. É a partir das ideias de feminismo que as mulheres possuem a oportunidade de questionarem as situações de opressão em que estão inseridas, apesar dos diversos pontos de desigualdade, de forma que se organizem socialmente com aspiração de mudanças no campo, na persuasão de uma sociedade igualitária aos sexos. Essas mulheres, portanto, se apropriam das temáticas sociais e, por meio dessas estratégias “agem como resistência à exclusão e provocam novas dinâmicas sociais no campo” (MIRANDA, 2017), abordando questões referentes aos seus questionamentos de causas pessoais, por meio da sua organização social, seja com reuniões de comunidade, coletivos, associações, sindicatos, clubes de mulheres, cooperativas, movimentos sociais ou pelas tecnologias de informação.

É a partir da “manutenção da trama do tecido social existente” (KARAM, 2004), ou seja, da socialização em comunidade (processo realizado tradicionalmente pelas mulheres rurais) e da organização social, que se desenvolveram possibilidades de novas formas de ruralidade, de modo que, as agricultoras, fundamentadas em informações e no conhecimento

adquirido em grupo, desenvolvam novas perspectivas de avanços para renda, assim como, de qualidade de vida para suas famílias, comunidades, e si próprias. Estudos, segundo Karam (2004), apontam que mulheres participam ativamente das atividades organizativas sem caráter político, ou seja, muitas destas mulheres envolvem-se em movimentações sociais com cunho de mudança, tendo como objetivo, preferencialmente, a melhoria social. A partir dessa organização feminina em comunidade, pode-se perceber uma “extensão da esfera democrática” (SCHAAF, 2003), para suas vidas particulares, de forma que essas mulheres sejam orientadas em suas reuniões, e possam realizar experimentos referentes a estes conhecimentos adquiridos dentro do próprio lar, como forma de laboratório. Assim, portanto, a partir deste conhecimento adquirido, possibilita-se que essas mulheres percebam as desigualdades que as cercam, as reconheçam, e, possivelmente, as reivindiquem, as tornando, conseqüentemente, agentes de mudança desse *status quo*. Após este processo de laboratório, segundo Schmukler (1995), onde as mulheres percebem a desigualdade e reivindicam, ocorre um segundo, denominado "micro democratização", onde as mulheres, já instruídas, assumem posições de liderança sobre o tema, e incentivam mudanças emancipatórias com outras, sendo capazes de entrar em diálogo público, seja dentro de suas famílias, escolas, ou comunidade, tornando a comunicação como uma forma de ferramenta essencial de mudança.

40

As mulheres periféricas, portanto, a partir de suas estratégias de propagação e sociabilidade, constituem uma sociedade mais evoluída referente a questões sociais ou de gênero, a partir da quebra de hierarquias simbólicas, com base na informação e na movimentação, apesar de seu histórico de luta intensa por esta democratização. Se observa então, a importância do papel feminino para com a definição de ruralidade e as relações de desenvolvimento estabelecidas. Todavia, essa atuação das mulheres rurais não se limita ao cunho particular. Os coletivos, sindicatos e os movimentos sociais rurais estão ganhando cada vez mais força na inserção de temáticas relacionadas ao universo feminino, alavancados também, pelas diversas questões feministas que vem sendo visibilizadas cada vez mais pela mídia, se tornando assunto de interesse das populações rurais.

Apesar do pequeno espaço de tempo desde que as mulheres rurais conquistaram seu espaço de visibilidade profissional, social e política, por meio da sindicalização, foram necessários muitos anos de dedicação a suas causas e luta no enfrentamento de opressões. O sindicalismo rural se estruturou no Brasil nos anos 60, como uma ferramenta de gestão masculina: “três décadas já tinham se passado desde a criação do movimento sindical de trabalhadores rurais

quando as mulheres conquistaram o direito de se sindicalizar” (PIMENTA, p. 02, 2012). As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 80, estimuladas principalmente pela igreja católica, e partidos políticos, e tomando maior força no Sul do país. Nesse ponto, muito do que era realizado por meio dos mesmos, já havia sido consolidado como estrutural, assim como, o desamparo às questões referentes a gênero, que não faziam parte das temáticas abordadas pelos representantes sindicalistas da época.

Segundo Lobo (2011), ainda nos primórdios da sindicalização, os estudos de gênero foram negligenciados devido ao fato que as mulheres eram invisibilizadas, em um momento onde as exigências de uma determinada classe social eram definidas por ela como um todo, independente do sexo. Assim, então, não era realizada a diferenciação entre desejos de homens e mulheres, não oportunizando observações sobre as questões referentes às desigualdades sofridas por estas mulheres, e mantendo a situação favorável aos homens, considerando ainda, que, na época, grande parte dos sindicalistas eram do sexo masculino, e dispunham, isoladamente, do poder de mudança, por este meio.

O estopim para a sindicalização de mulheres rurais brasileiras, ocorreu ainda nos anos 70, devido a árdua luta e pressão popular das agricultoras da época na busca do reconhecimento como trabalhadora e cidadã, para que então, fosse permitida participação nos sindicatos de trabalhadores rurais, e conseqüentemente, o recebimento de direitos cedidos aos mesmos.

41

Segundo Matos (2009) as tensões entre o individual e o coletivo se situam nesse campo “atravessadas por dimensões múltiplas que são acionadas, contingencialmente, por necessidades políticas”, ou seja, estas mulheres dão início a luta em busca de melhorias sociais quando se percebem ameaçadas pela desigualdade, que reflete em seu cotidiano. Apesar do início lento e conturbado do sindicalismo feminino, nos anos 80, houveram maiores avanços referentes à luta feminina na sindicalização. Sob influências da segunda onda do feminismo, este movimento iniciou questionamentos ao modelo de governo vigente desses sindicatos, reivindicando questões sociais, mais do que nunca.

Percebe-se, portanto, o papel político de comunicação, que, não apenas contribui para a disseminação de informações relacionadas aos estudos feministas para com estas mulheres, mas que também funciona como ferramenta de mudança em um público que não possuía (até então) determinada necessidade, como é o caso das mulheres rurais em relação aos sindicatos, ou organizações de poder. O processo de mudança social se estabelece, então, não mais por meio das organizações, que tem de tomar atitudes, mas por um público que propõe relações de



força contra órgãos de interesse, resultando em iniciativas dos mesmos.

Sendo assim, a luta destas mulheres se constituiu, não apenas os princípios básicos femininos, mas na “ampliação da cidadania para além de valores formais, abrangendo valores existenciais, humanos, em seu caráter multidimensional” (MATOS 2009), em busca de uma mudança estrutural, tendo como base de estudo, as próprias agricultoras com suas particularidades.

As mulheres rurais, a partir de estratégias organizacionais e comunicativas, ampliaram, progressivamente a sua participação nos sindicatos, e em 1998, foi determinada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a política de cotas, onde 30% de seus cargos deveriam ser femininos, se estendendo, posteriormente, às federações e sindicatos. Esta mudança causou um fortalecimento do empoderamento de mulheres rurais sindicalistas, criando espaços de debate sobre gênero, não apenas referentes a temáticas ligadas ao setores econômico ou produtor, mas também, ao social e cultural, observando o meio rural como um setor complexo, comprovando que as questões de gênero influenciam nos demais segmentos das comunidades, por meio das camadas pessoais.

Dessa forma, é reforçada a importância do acesso à informação no campo especificamente, neste caso, relacionada às temáticas de gênero, de modo que esse conteúdo resulte em melhorias para o âmbito rural e para as mulheres pertencentes do mesmo. Sabe-se, que apesar dos avanços, as mulheres permanecem sofrendo desigualdades, ainda que

42

empoderadas por meio da renda ou da informação. Se explicita, assim, a situação de confronto entre a vida privada dessas mulheres e sua representação em comunidade, demonstrando a quebra dos papéis de gênero esperados por meio delas e seu posicionamento. Podemos observar este processo de quebra de expectativas como uma exposição das desigualdades sofridas, como também, uma forma de superação das mesmas, com a “diluição de hierarquias historicamente construídas” (LIMA, 2012), onde, apesar da repressão pelo papel estabelecido, a mulher rural permanece no mesmo.

Outro segmento que aproximou muito as mulheres rurais e as agricultoras brasileiras dos conceitos feministas de luta foram os movimentos sociais, que, a partir do conceito de feminismo popular, aborda a temática do meio rural como pauta de discussão de seus projetos, relacionadas ao gênero.

O meio rural, atualmente, devido a suas especificidades, é palco de uma luta feminista à parte, que, não exclui o movimento urbano, mas que procura determinar novas perspectivas

baseadas em suas próprias vivências e suas necessidades como sociedade única, compreendendo métodos para o avanço de uma sociedade que possui formas diferentes de evolução. Por meio destes movimentos novos e as informações propagadas pelos mesmos, vem sendo trazidos à tona, novamente,

as questões de classe, do caráter oligopolista dos mercados, questões de pobreza, de miséria mesmo, da fome no mundo que ficaram um pouco perdidas entre algumas correntes mais abstratas do feminismo (PAULILO, 2016).

Dessa forma, as condições de vida da população são colocadas em confronto e não apenas aspectos relacionados ao conceito de gênero, em si. Isso torna as discussões muito mais abrangentes, relacionando as iniciativas feministas a diversos segmentos da sociedade rural, em seus problemas socioeconômicos e culturais e as suas formas de se relacionarem com os mesmos. No entanto, é verdade que esses debates já existem há muitos anos, e ainda há muito o que avançar. Movimentações como a “Marcha das Margaridas”, por exemplo, promovida pela CONTAG, são uma prova de como os movimentos feministas rurais continuam avançando com o passar dos anos, de forma que, o mesmo obteve um aumento de 500% em sua participação, dos anos de 2000 a 2016 (CONTAG, 2015). Segundo Pimenta (2012), este feminismo mais popular e campesino, além de apresentar pautas ao Estado referentes a sociedade rural, reivindica o próprio sindicalismo, onde avalia o cumprimento de medidas que garantam o exercício feminino nos mesmos.

43

O manifesto das mulheres denominadas “trabalhadoras rurais”, é, sobretudo, composto por um vasto leque de variedades de camponesas que trabalham no campo, em vários segmentos diferentes e com as mais diversas experiências de vida. No entanto, estas movimentações sociais, por meio do feminismo, têm como objetivo

construir plataformas de lutas e pautas de reivindicações unificadas, e sob o risco permanente de exclusão, garantir o pertencimento, inclusão e representatividade de uma pluralidade de situações, posições e combinações identitárias (PIMENTA, 2012).

Assim, desenvolvem-se conexões entre essas mulheres, fazendo com que cada uma delas tenha a oportunidade de incluir as questões feministas ao seu cotidiano, e melhorá-lo, a partir desse conhecimento social, teórico, e prático adquirido. Por meio desta rede de

comunicação e informação é possível que cada uma destas mulheres possa inserir a sua particularidade nos estudos de gênero, para o auxílio do empoderamento de outra mulher em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o processo de movimentação e avanço das mesmas.

## **5 METODOLOGIA**

Os seguintes tópicos abordam sobre o processo metodológico desta monografia, por meio da pesquisa qualitativa, que, de acordo com Minayo (1994), “responde a questões muito particulares, e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, p. 21, 1994), de forma que analisa processos sociais complexos. Nos mesmos, serão relatados o objeto de análise da pesquisa, sendo este, o documentário “Sozinhas” e seu contexto como realidade. No último, então, é detalhada a forma de inspeção das informações e desenvolvimento da análise de conteúdo.

### **5.1 Contexto de documentário**

O estado de Santa Catarina, apesar de representar apenas cerca de 1,1% do território nacional, possui uma grande diversidade de produção em relação à economia, tendo como base as atividades da indústria, extrativismo, agricultura, pecuária, pesca e turismo. Portanto, a partir desse conceito de diversidade de produção, que Singer (1974, p. 83) afirma que o estado de Santa Catarina se divide em várias zonas economicamente autônomas, cada uma delas contando com uma capital regional, não havendo um único polo de centralização da economia, como acontece no Rio Grande do Sul, por exemplo. Nesse contexto, portanto, ocorre um processo único de desenvolvimento por parte de cada uma dessas mesorregiões (FIGURA 1) a partir de modelos criados pelos mesmos, tendo como fonte a economia local. No entanto, para o Estado, este novo modelo interfere nas relações de poder, como a descentralização do mesmo e a gestão particular por meio dos municípios, como agentes de ação. Desta forma, no entanto, o estado de Santa Catarina se desenvolve a partir dos seus setores, e as adaptações territoriais referentes ao mesmo.

**FIGURA 1 - Microrregiões do Oeste Catarinense**



Fonte: Benigni, Almeida (2015)

A mesorregião do Oeste catarinense, ambiente de estudo desta monografia, é hoje, uma das regiões mais importantes do Brasil no setor agroindustrial produtor de alimento (AREND; ORLOWSKY, 2012) e destaca-se, também, no âmbito estadual na produção de grão e na criação de gado leiteiro. A mesorregião do oeste, ainda pode ser subdividida em microrregiões, como Microrregião de São Miguel do Oeste, de Chapecó, de Xanxerê, de Concórdia, e de Joaçaba. Apesar de níveis relevantes de produção, realizada no local, a maior parte dos municípios localizados na mesorregião do Oeste, sendo 118, no total, são de pequeno porte, com população inferior a 10 mil habitantes. Segundo Censo do IBGE, tendo os anos de 2000 e 2010 como referências, houve um leve crescimento populacional regional, porém, na área urbana. Na área rural, no entanto, ocorreu o inverso. Ainda que a população rural venha diminuindo no Oeste catarinense, os números ainda são expressivos quando realizamos as comparações com as baixas taxas em relação a população urbana (TABELA 3).

**TABELA 3: Taxa de urbanização de municípios do oeste catarinense (2010)**

Estrato	Municípios	Porcentagem
De 0,00% até 25,00%	10	8,47%
De 25,01% até 50,00%	50	42,37%
De 50,01% até 75,00%	40	33,90%
De 75,01% até 100,00%	18	15,25%
TOTAL	118	100,00%

Fonte: IBGE (2010)

46

Esta diminuição populacional do meio rural pode ser explicada pelo desenvolvimento maior de agroindústrias e do comércio, assim como, a implementação de universidades que atraem, principalmente, a população jovem que busca a vida fora do contexto de ruralidade. Nesse sentido “um dos grandes desafios dos governantes continua sendo a criação de políticas públicas que possam atender a população” (BEGNINI, 2016), principalmente referente a melhora de vida nos meios rurais e estadia desta comunidade no meio.

O desenvolvimento desta mesorregião tem base na colonização por parte de alemães e italianos, juntamente com os índios moradores da região. A região, que foi incorporada mais

tarde ao território nacional, possuía um fluxo de desenvolvimento lento e de pouca representatividade, funcionando como escoamento de produção e ferramenta de ligação entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, que, com a chegada dos descendentes europeus, sofreu mudanças, como o melhoramento nas técnicas de utilização do solo e cultivo (RAMMÉ, 2011). Os então moradores, que trabalhavam por produção, com base nos insumos concedidos pela terra, foram vencidos pelos colonizadores, que trouxeram técnicas agrícolas capazes de atender necessidades de sustento das famílias. O rio Uruguai, um dos maiores do território nacional, foi, posteriormente, utilizado na criação de hidrelétricas de diversos tamanhos, que subsidiam até os dias atuais a energia necessária para produção do estado e do Brasil, e assim, possibilitando o reestruturação do espaço do Oeste Catarinense para o modelo agroindustrial, sendo que a indústria alimentícia passou a organizar o território” (BAVARESCO, 2005, p. 12). A maior parte dos municípios da mesorregião têm, portanto, sua atividade econômica baseada nas atividades rurais, “tendo destaque para a produção de milho, feijão, arroz, fumo, soja, maçã e Laranja” (MATTEI, 2010), nas microrregiões, no entanto, apesar da agricultura como atividade central, cada uma apresenta alguns aspectos únicos que representam um ganho econômico secundário, como o ecoturismo ou festas religiosas, por exemplo.

## **5. 2 Objeto de análise**

A partir da percepção da repórter especial Ângela Bastos e do repórter fotográfico Felipe Carneiro, do Diário Catarinense, com o objetivo de revelar uma realidade invisível a muitas catarinenses, que fora desenvolvida a reportagem multimídia com a temática da desigualdade de gênero no campo. Para a produção da reportagem especial, os mesmos percorreram cerca de 3,5 mil quilômetros em busca de histórias de trabalhadoras rurais que denunciassem a cultura de dominação masculina, marcada por agressões físicas, psicológicas, torturas e abusos sexuais no meio rural, especificamente no oeste catarinense.

47

Além de considerar as dificuldades de logística para o acesso a estas mulheres, é importante analisarmos como, principalmente, os meios sociais dificultam a libertação das mesmas. Estas mulheres rurais, ainda que sob uma equipe renomada e especializada de reportagem e dispostas a realizarem suas denúncias em relação a suas experiências de violência sofridas, tendem a ter medo, da possível repressão e censura que poderá ser realizada por meio de suas comunidades, ou até mesmo, da reação que o agressor pode ter,

caso tenha conhecimento do fato. Isso é herança da sociedade machista em que estão inseridas, perceptível em todos grupos sociais por meio do machismo estrutural.

É importante, portanto, percebermos da sensibilidade da criadora da matéria, e conseqüentemente, do documentário, Ângela Bastos, de permear estas relações sociais, e adentrar estes lares em busca de uma informação tão sensível, considerando, ainda, que estas mulheres sejam corajosas o suficiente de não apenas denunciar, mas, também, de apresentarem-se em um documento que estaria disponível a um grande número de pessoas, em diversos meios de comunicação.

O objeto de pesquisa desta monografia, pertencente a esta reportagem especial, é, portanto, O webdocumentário “Sozinhas: histórias de mulheres que sofrem com a violência no campo”, de sete minutos de duração. O mesmo faz parte dessa reportagem especial, como fração do processo do uso da estratégia multimídia na mesma, conceituado por Jenkins (2009), como uma história que se desenvolve por meio de diversas plataformas de mídia. A mesma, portanto, cumpre este requisito, sendo composta por um artigo na web com textos, fotos, áudios e vídeos, uma edição impressa, uma reportagem radiofônica e uma matéria televisiva, criadas no ano de 2017 pelo Diário Catarinense (veículo de comunicação onde Ângela fazia parte no período).

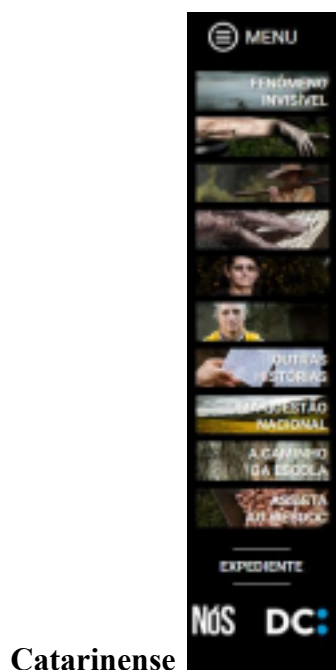
Por meio das conceituações de Longhi e Martins (2015), que podemos diferenciar o uso de produções multimídia e transmídia:

em uma comparação muito simples, podemos dizer que a narrativa multimídia ampara-se na exploração dos recursos multimidiáticos (texto, áudio, vídeo, infográficos, etc.) com vistas à construção de um discurso unificado, enquanto a transmídia perpassa de uma mídia para outra para contar histórias construídas a partir de um mesmo enredo, mas com versões distintas e complementares – e totalmente independentes”. (LONGHI e MARTINS, 2015, p. 5).

Dessa forma, apesar da reportagem empregar recursos multimídia, a mesma pode ser classificada como transmídia pois constitui-se de narrativas diferenciadas conforme o veículo

que se apresenta. Além da utilização de recursos diferenciados em meios específicos, pode-se perceber, no portal do Diário Catarinense, a sensibilização por meio do tratamento das histórias dessas mulheres, como retratado nas figuras seguintes.

**FIGURA 2: Menu lateral do portal “Sozinhas”, do Diário**



Fonte: Portal do Diário Catarinense

Por meio do “menu”, localizado à esquerda do portal da reportagem, pode-se ter acesso à mais informações referentes a temática da violência rural, como a dificuldade ao acesso a políticas públicas e a necessidade da educação como ferramenta de mudança social dessas comunidades, por meio do tópico “Uma questão nacional”. A autora traz, como forma de reflexão, a necessidade do ensinamento sobre as relações entre os sexos nas escolas, de forma que aborda não somente sobre os problemas relatados, mas como também, sobre os fatores públicos da temática, que não funcionam e que facilitam o “*status-quo*” destas localidades, como as retratadas pelo documentário.

O portal é totalmente desenvolvido priorizando a humanização dos casos, portanto, o portal da reportagem foi detalhadamente trabalhado para que seja possível observar o desenvolvimento das histórias destas mulheres por meio de abas que vão se abrindo (FIGURA 3), conforme o manuseio do público. É possível compreender estas histórias com as diversas ferramentas disponíveis, a partir dos recursos de áudio, onde se pode ouvir a voz das mesmas



todo.

**FIGURA 3: Organograma de desenvolvimento das histórias pelo portal**



**“Sozinhas”**

Fonte: Próprio Autor (2020)

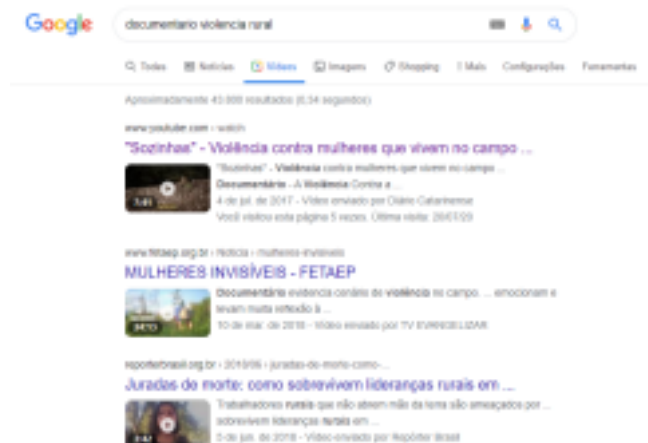
O portal “Sozinhas” utiliza das imagens dessas mulheres em sua *landing page* para sensibilização dos leitores, e é a partir delas, que o público pode selecionar a história de interesse, encaminhando a uma página onde se apresenta um conteúdo estendido da entrevista realizada, possibilitando, ainda, o redirecionamento do público para assistir o documentário na íntegra.

No entanto, quando acessado no ano de 2020 (ano referente a esta monografia), o portal não realizou o direcionamento de forma eficiente, conduzindo a uma página de erro, assim como acontece com a opção “bastidores das entrevistas”. A produção audiovisual referente a reportagem, no entanto, é de fácil acesso na internet. Quando procurado no maior buscador das redes, o Google, sob o assunto de “documentário violência rural”, a obra de

Ângela Bastos logo se destaca, sendo a primeiro a ser indicada, conforme FIGURA 4.

50

**FIGURA 4: Pesquisa referente ao assunto “Documentário Violência rural”, no Buscador Google.**



Fonte: Próprio autor, a partir do site *GOOGLE*. 2020.

Apesar da ação de criação da reportagem ter sido desenvolvida sobre um caderno especial, o documentário ainda é de grande popularidade no segmento. O mesmo, encontra-se publicado na conta do Youtube do Diário Catarinense e contém, atualmente, 31,571 visualizações, 910 likes, e 10 dislikes, no dia 04 de julho de 2020, data que a publicação do mesmo completa três anos, conforme FIGURA 5.

**FIGURA 5: Número de visualizações, likes e dislikes na publicação do documentário “Sozinhas”, na conta do Youtube do Diário Catarinense.**



Fonte: Próprio autor, a partir do site *Youtube*. 2020

Com base na versão presente nesta plataforma que será realizada a análise de conteúdo do documentário, devido ao não funcionamento do site original. Contudo, serão analisadas as

51

informações referentes ao discurso das mulheres, representadas no documentário, e que, estão disponíveis também nas demais plataformas utilizadas pela reportagem.

### **5.3 Estrutura de pesquisa**

Com o propósito de contextualizar os assuntos abordados pela monografia, realizou-se a análise bibliográfica do conceito de “gênero” e suas especificidades, por meio das variáveis de diversos autores, para que funcionassem como embasamento teórico de pesquisa, com o objetivo de auxiliar no processo de análise. Assim como, foi utilizada a análise documental, neste caso, referente ao documentário, na qual, segundo Moreira (2005), consiste em identificar e verificar documentos com determinado objetivo. Para esta monografia, portanto, a utilização do documentário funciona como objeto de estudo, não restringindo a análise documental a avaliação de texto, propriamente, mas, sim, como método de contextualização de informações, introduzindo perspectivas sobre a obra.

Para entender, pluralmente, como as mulheres do meio rural do Oeste catarinense, especificamente as representadas no documentário “Sozinhas”, de Ângela Bastos, percebem as relações de desigualdade de gênero, que foi escolhida a metodologia de Análise de conteúdo, conceituada por Bardin (1977). Esta metodologia, alinhada às técnicas complementares de pesquisa documental, propicia uma análise mais abrangente dos conteúdos relatados pelas mesmas durante o documentário, possibilitando um estudo qualitativo sobre as relações sociais de vida dessas mulheres, e as questões teóricas que as perpassam durante o seu cotidiano de vulnerabilidade. A análise de conteúdo, tem como objetivo a “manipulação das mensagens para evidenciar indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 1977, p. 46), ou seja, quando aplicada ao contexto da investigação do documentário, como é o caso deste projeto, a mesma analisa não somente o que é dito (conteúdo da mensagem), mas como também as entrelinhas supostas pelas autoras, e as características inseridas nas mesmas. O conteúdo é interpretado, por meio de fatores sociais, embasado nos conceitos da teoria, que diferenciam a forma de expressão entre essas mulheres, o que nos proporciona uma perspectiva sobre a construção de suas vivências, relacionadas à

classe, sexo, escolaridade, etc.

Assim, então, a análise de conteúdo se comporta, quase como uma interpretação do que é expressado pelo autor, de modo que perpassa camadas internas de percepção. Segundo Bardin (1977), a metodologia utilizada nesta monografia compreende três fases cronológicas, sendo:

52

1- Pré-análise, fase que diz respeito ao processo de planejamento do trabalho, com o objetivo de delimitação dos objetos de pesquisa e a criação de estratégias para a elaboração de indicadores que comportem os propósitos de pesquisa; 2- Exploração do material, que consiste no estudo do objeto por meio das estratégias previamente delimitadas; 3-Tratamento dos resultados e interpretações, onde faz-se a conexão entre as informações coletadas, de forma que se desenvolvam para respostas significativas ao objeto de pesquisa em questão.

Nesse caso, portanto, para o estudo das mensagens do documentário “Sozinhas”, foi utilizada a análise categorial, processo pertencente a metodologia de Análise de conteúdo, que “se respalda no fato de que é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos” (FOSSÁ, 2003).

A categorização de conteúdo funciona de forma que, as mensagens são classificadas por meio de elementos que as constituem a um mesmo conjunto, sendo por diferenciação ou agrupamento, relacionado a algum gênero específico. Por meio da análise de conteúdo, é necessária a delimitação da forma de classificação realizada enquanto metodologia, neste caso, efetuada a partir de critérios previamente definidos (podendo ser semânticos, sintáticos, léxicos ou expressivos). Desta forma, é a partir dos critérios de semântica e sintática que foram realizadas tabelas classificatórias referente às falas representadas no documentário, funcionando como base de todos os processos de análise das orações destacadas.

Sob o uso do processo de semântica na análise de conteúdo, para identificação das orações, tendo como objetivo a classificação das mensagens propagadas, que, de antemão, foram desenvolvidas as categorias (ou temáticas) de identificação, a partir do processo de exploração do documentário e aperfeiçoamento de ideias. As mesmas, foram constituídas sob os critérios de saturação de conteúdo, ou seja, sob a presença regular da temática abordada durante o documentário, assim como, pela proximidade com o estudo de pesquisa desta monografia e a possibilidade de desenvolvimento de seus conteúdos.

Estas categorias, no entanto, sofrem um processo de encaminhamento para denominadores comuns de investigação, pois possuem não somente o papel da categorização, em si, mas como também, de, a partir do relacionamento entre os termos, interligar as informações referentes às mesmas, desenvolvendo uma forma de análise especializada. Assim sendo, o processo de análise de conteúdo é realizado por meio de investigação dos temas abordados nessas categorias especializadas, e as interligações entre seus materiais. O processo

53

de desenvolvimento das categorias, relacionada a esta monografia, em questão, pode ser observado por meio da Figura 6.

**FIGURA 6:** Processo de categorização de temas



Fonte: Próprio autor (2020).

A partir do exercício de semântica, ou seja, da análise baseada na determinação de categorias, que foi realizado o processo de classificação dos termos referentes ao documentário “Sozinhas”. Esta metodologia de classificação, tem como objetivo, organizar as declarações relatadas pelas mulheres rurais presentes no documentário, referentes ao cotidiano de vulnerabilidade, e as aglomerarem sob o enfoque das categorias pré-determinadas nesta pesquisa.

A categorização foi realizada, portanto, por meio da criação de uma tabela (APENDICE 1), tendo como base de diferenciação os conteúdos inseridos nas mensagens, contribuindo para uma observação crítica do que essas mulheres se referem, e como o fazem. Foram desenvolvidos, dessa forma, quadros categoriais, onde foram inseridas as orações que

se assimilaram a estas categorias definidas, de forma que, posteriormente, fossem realizadas análises relacionais sobre elas, observando não apenas a mensagem, mas as possíveis construções sociais que trouxeram o personagem até o ponto de constituição daquela oração, contribuindo ao princípio desta metodologia. Assim, a tabela referente ao processo de análise de conteúdo sob o exercício da semântica funciona como uma ferramenta de construção de sentidos maior, uma análise mais humanizada dos processos, de forma que observa a personagem como possuidora de bagagem cultural, direcionando suas subjetividades às orações.

54

Com o propósito de uma pesquisa mais abrangente sobre as relações sociais da vida dessas mulheres rurais, que então, foi desenvolvida uma segunda parte da análise de conteúdo, dessa vez, a partir da perspectiva sintática, onde, tem-se como objetivo a percepção de informações referentes à suas experiências de vida, e bases teóricas por meio de sua forma de expressão. Nesses casos, a avaliação das mensagens não é realizada sob critério de sentido, mas sim, sobre a sua construção, consequência da empregação de índices linguísticos. Tendo como base as categorias pré-determinadas durante esta monografia, que foram desenvolvidas novas tabelas, conforme APENDICE 2, neste caso, sobre essa nova perspectiva (sintática).

O uso das categorizações tem a finalidade de delimitação de objeto de observação, não interferindo no conteúdo apresentado, em si, mas organizando os índices para estudo, para uma especialização na observação de cada temática abordada no documentário. Por meio desta metodologia, portanto, são retiradas as orações pré-categorizadas, e, segundo Bardin (1977), são observados e numerados os verbos de ação (neste caso, aglomerados por sentido), assim como, a frequência de utilização de adjetivos e pronomes pelas mulheres rurais na construção de suas mensagens.

Além de estudos realizados, de expressão das mulheres rurais relatadas no documentário “Sozinhas”, foi observado, também, o outro lado do objeto de pesquisa: como a audiência do documentário reagiu ao mesmo. Por meio da metodologia de análise de conteúdo que, também, foi possível realizar o estudo referente aos comentários da publicação no site Youtube (ANEXO 1) local onde o material permanece vinculado, por meio da classificação dos mesmos, a partir de Bardin (1977), e a relação de saturação do uso de temas com o passar dos anos. Tem-se como objetivo da investigação desses comentários, a percepção de como os públicos dessa publicação, e, possivelmente, das demais estratégias comunicacionais da

reportagem, perceberam as afirmações dessas mulheres, e como responderam sobre as mesmas. Foram observados, portanto, os comentários referentes ao documentário e analisados a partir de uma nova classificação temática, considerando que, é para esse público que o material é destinado, e não, as mulheres, observadas por meio desta monografia. O corpus da pesquisa compreendeu, logo, os 40 comentários, correspondendo a 100% das respostas ao conteúdo. Assim, portanto, foi possível observar não apenas o lado do material (documentário) e suas declarações por meio da vida rural e da utilização da sensibilização, mas como também, o lado dessa audiência que recebe essa informação e a responde, instantaneamente.

55

## **6 ANÁLISE DE RESULTADOS**

Este capítulo expõe e explora os dados obtidos nas análises de conteúdo realizadas a partir do documentário “Sozinhas”, assim como, dos comentários de sua audiência no site *Youtube*. Tendo duas partes, o mesmo trata da percepção de como o emissor (no caso, o documentário e o Diário catarinense) expõe as informações referentes às histórias das mulheres rurais, e como o conteúdo é decifrado pelo seu público receptor.

### **6.1 O documentário**

Para realizar a análise proposta por Laurence Bardin, foram utilizadas duas perspectivas de pesquisa: a semântica e a sintática. Abaixo, as análises abordadas referente às duas tipologias.

#### **6.1.1 Análise de conteúdo pelo critério da semântica**

Com o intuito de organizar um estudo qualitativo de análise das mensagens do documentário “Sozinhas”, referentes às vivências das mulheres rurais do oeste catarinense, retratadas pelo mesmo, foram utilizadas duas perspectivas da Análise de conteúdo (BARDIN, 1977): a semântica e a sintática.

Primeiramente, a partir da perspectiva da semântica, ou seja, da forma de expressão das mulheres rurais, foi realizado uma análise categorial de conteúdo, onde se agrupam mensagens

por temáticas, com o objetivo de relacioná-las. Segundo Bardin (1977), a análise categorial das orações “tem como objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 1977, p.119), possibilitando, portanto, a associação das informações traduzindo-as em construções de significado. Dessa forma, portanto, para a construção das tabelas classificadoras foi necessária a delimitação de temas referentes ao documentário e as questões de gênero, desenvolvidas a partir do critério de saturação.

Assim, portanto foram delimitados quatro temas gerais, com duas subcategorias, cada, com o intuito de gerar uma análise mais consistente entre as temáticas. São elas, portanto: Violência: física e psicológica, Gênero e relações de trabalho: Legitimidade de trabalho e papéis de gênero, Organização Social: Redes de apoio e Vergonha e Empoderamento: de renda e pela informação.

56

Segundo a primeira temática abordada, portanto, pôde-se analisar que as informações propagadas referentes a Violência física e psicológica são relatos pessoais, de experiências sofridas por estas mulheres, geralmente por seus cônjuges. É possível perceber que, uma das entrevistadas, ao invés de expor casos ocorridos consigo mesma, relata informações referentes a mulheres do âmbito rural como um todo, tendo um embasamento muito maior em informações, perceptíveis, inclusive, por meio do vocabulário mais rebuscado, utilizando dados científicos específicos ao tema abordado.

No entanto, a maioria das mulheres rurais entrevistadas, contam histórias pessoais de realidades de vulnerabilidade, onde, sofreram fortes agressões e foram ameaçadas verbalmente, constantemente. Pôde-se perceber, também, a discrepância entre o poder do homem rural e a vulnerabilidade destas mulheres em relação a estes esposos, de forma que elas expressam o quanto sentiam medo dos mesmos e não tinham o “poder” de verificar os machucados, por exemplo. Nos momentos de fúria de seus maridos, elas não possuíam alternativas de ajuda, e se percebiam isoladas, apelando para a religião, ainda que seja um segmento com raízes fortes no patriarcado. Uma das mulheres representadas relata: “Eu não tinha como me defender porque eu tinha medo, também. Deixava ele fazer o que ele queria”, demonstrando assim, o privilégio masculino por meio da força física e da repressão social.

Outro tópico visível nesta análise, é a constância de uma violência que é cultural, e que acontece frequentemente. As agricultoras relatam, gradualmente, sobre diversos atos de



violências sofridos durante a vida, sob diversas circunstâncias diferentes, muitas vezes, sem motivo aparente, e todas as vezes, sem justificativa. Todavia, a partir de um aspecto positivo, foi notável um maior conhecimento por meio das agricultoras, sobre os direitos das mulheres, referentes a o que é considerado violência ou não, de forma que elas relatam não apenas os incidentes físicos, mas psicológicos, dando enfoque a diversas formas de violências, onde os homens detêm do poder familiar apoiado em ameaças psicológicas e na força física, principalmente.

Em relação a temática de “Gênero e as relações de trabalho”, é notável o quanto as mulheres rurais ainda têm dificuldades na legitimação de seus esforços, de forma que, a própria agricultora entrevistada destaca: *“fui junto com o carretão e a carroça para ajudar”*, comprovando a teoria de Paulilo (1987), de que, ainda que a mesma realize o exato mesmo trabalho na lavoura, se tem a ideia de que ela está o ajudando. O homem, portanto, é colocado

57

em destaque devido a sua posição na hierarquia familiar, e não pelo esforço de mão de obra ou importância do sustento, por exemplo.

Referente aos papéis de gênero vinculados às mulheres no meio rural, a partir das frases analisadas, é perceptível vários indícios de obrigações matrimoniais e da família para com a mulher como mãe, esposa, e cuidadora do lar, ainda que o homem não sofra tais responsabilidades. Tem-se o homem, como possível de liberdade social, onde pode ir *“no bar beber”* enquanto a esposa, tem de permanecer em casa, cuidando dos filhos, em nome da imagem ideal imposta a ela, sob ameaça de repressão social de sua comunidade. A repressão da comunidade, a partir dos papéis designados à mulher rural, é contundente, de forma que manipula as mesmas a permanecerem numa situação de vulnerabilidade, sem oportunidades de aproveitarem seu lazer ou até mesmo as opções diversas de seu cotidiano, as inserindo num *looping* de sobrecarga, que nunca dá espaço a uma autopercepção de sua real situação.

A pressão social colocada sobre estas mulheres, referente ao seu papel como responsável de todas as ações do núcleo familiar, assim como, as relações dele com a comunidade, porém, sem nenhuma valorização, aliadas ainda, as questões femininas e de poder, as deixam desamparadas, psicologicamente e estruturalmente, de forma que não as dão nenhum suporte para se livrarem destes espaços de desigualdade e prosperem.

Quando observamos as orações destinadas ao tema “Organização social: escassez de redes de apoio e vergonha”, podemos associar muito ao retratado no caso dos papéis de gênero no âmbito rural. Isso, porque em casos onde a mulher sofre a violência, por exemplo, ela não pode denunciar publicamente, devido a uma sociedade que a reprime e não a dá direito de participação social, tomando os direitos dos homens, assim como, o poder a partir de seus argumentos (neste caso, de seu agressor), como mais importantes em todas condições, desvalorizando a situação, ou até mesmo a própria mulher. Portanto, as mulheres rurais tendem, ao sofrerem violências, sejam elas físicas ou psicológicas, a permanecerem em silêncio com medo da repressão social e da imagem que irá ter após a denúncia. Dessa forma, as mulheres escondem as marcas e permanecem no seu status quo, colaborando para a continuidade de uma sociedade que apoia concepções machistas e patriarcais, onde o homem detém a razão, sem contradições. Em alguns casos, ainda que a mulher realize a denúncia, a reputação social do mesmo não é afetada, de forma que a comunidade, como estrutura machista, ainda tem os homens como passíveis de irresponsabilidades, ainda que, em contrapartida, tratam as mulheres

58

com muita severidade em todos quesitos pessoais, políticos, sociais e culturais. Esta desigualdade fica tão aparente, devido ao fato de que estas camponesas tendem a se retrair por não terem redes de apoio que as auxiliem contra essa sociedade machista, em sua situação de vulnerabilidade.

Além das distâncias físicas suportadas (que dificultam ainda mais a comunicação fora do núcleo familiar), as mulheres possuem vergonha de conversarem com as outras referente aos problemas familiares ou matrimoniais, sendo consequência do ensinamento desse padrão social para elas, de que são responsabilizadas pela manutenção dos laços sociais, assim como, pela “ruína”, do mesmo.

Por último, e menos importante, considerando a temática de Empoderamento, por renda ou pelo informação aliada às informações trazidas pelas agricultoras do documentário, pôde-se perceber como a desigualdade de renda influencia exponencialmente no meio rural, de modo que, em alguns casos específicos, como o de violência doméstica, por exemplo, essa diferença pode ser um divisor entre a liberdade e o aprisionamento dessas mulheres rurais. Com a falta das políticas públicas de crédito, associadas às diversas dificuldades enfrentadas

por mulheres na confirmação de trabalho na terra e, a cultural, junção de salários com o esposo (administrada por ele), muitas vezes, a mulher que pretende se separar se vê presa em uma situação onde não possui condições econômicas para sobreviver fora do casamento, e portanto, ou socorre a casa de familiares ou permanece no mesmo, durante o tempo necessário para se restabelecer.

Todavia, para que ocorra o ato da separação da mulher que sofre violência física, psicológica ou moral, é necessário não apenas o poder aquisitivo, mas como também, o de informação. Segundo estudo realizado por Cortez e Souza (2008), observou-se que a maioria das mulheres ao sofrer violência doméstica não toma nenhuma providência, por estarem subordinadas aos interesses de seus companheiros. Pode-se dizer assim, que a mulher, ainda que possuidora de renda familiar, não necessariamente irá se separar, pois necessitará de um apoio psicológico maior, como um desenvolvimento de causa maior, ainda que a sociedade a critique. Quando empoderada pela informação, não necessariamente a camponesa necessita de poder aquisitivo grande, mas sim, de possuir uma rede de apoio forte e que a acompanha na sua decisão, embasada nos conceitos de igualdade entre os sexos, e mudanças nas questões de gênero sofridas. Dessa forma (e por meio desta monografia), percebeu-se a necessidade da informação dos estudos de gênero para que mulheres que estejam em situações de

59

vulnerabilidade pudessem prosperar, ainda que partam de uma situação de muita desigualdade, como é a das mulheres rurais brasileiras. Só assim, a partir de um conhecimento de causa sólido, e embasadas num apoio maior, que as mulheres podem adquirir segurança para retomar o poder de suas vidas, adquirido pelos seus maridos há muitos anos.

### **6.1.2 Análise de conteúdo pelo critério da sintaxe**

Com o objetivo de um estudo mais aprofundado das mensagens apresentadas no documentário, que foi realizada, em segunda instância, a análise de conteúdo das mesmas, agora, sob a perspectiva sintática. A mesma, tem como ferramenta de inferência a análise do código, segundo Bardin (1977), que o conceitua como “um indicador capaz de revelar realidades subjacentes” (BARDIN, 1977, p.135). Dessa forma, partindo da etapa anterior como base, onde as categorias de classificação das frases permanecem as mesmas, que agora, fora realizado este processo referente às classes gramaticais empregadas pelas mulheres rurais

em suas orações, em busca de significâncias sociais. A partir da classificação por meio dos temas (construção social, informação, impunidade, aceitação ao documentário, e negação), foram contabilizados os números de verbos de ação (separados por assimilação, sendo de saturação maior que um), adjetivos utilizados e pronomes.

Tinha-se por meta considerar cada uma das categorias separadas, objetivando uma pesquisa mais específica, porém, quando iniciadas as análises, se percebeu que as informações contidas nas mesmas, ou seja, em cada categoria, seria muito pobre (principalmente em tópicos com menor número de orações), o que implicaria na impossibilidade de desenvolvimento de uma análise de subjetividades. Assim, portanto, foram analisados os índices linguísticos de todo o documentário, com a finalidade de um estudo mais denso referente as vivências obtidas pelas autoras, de forma que trouxeram suas subjetividades por meio da sua variedade linguística.

Pôde-se perceber, durante o processo de análise, a dificuldade destas mulheres na formulação das frases, ocasionado, principalmente, pelo nível escolar muito baixo, ou quase nulo das entrevistadas, considerando ainda, que 100% das mulheres que estão visualmente expostas pertencem à terceira idade e que, quando crianças, não possuíam acesso ao ensino de qualidade devido a distância, precariedade das escolas e a necessidade de trabalhar desde cedo no meio rural, muito popular há algumas décadas atrás, antes da popularização de medidas contra o trabalho infantil. A precariedade dos estudos, alinhada às dificuldades no processo de

60  
aprendizagem reflete muito nas mensagens propagadas por essas mulheres rurais entrevistadas, de fato que as mesmas reproduzam frases curtas, com pouca informação extra ao acontecido (geralmente explicando restritamente o que lhe foi ocorrido) e focando em um único tópico de resposta, que demonstra a dificuldade dessas mulheres de realizar ligações entre declarações.

Os verbos, como um todo, são muito recorrentes e formulam boa parte de todas as falas realizadas pelas entrevistadas, como recurso linguístico principal de comunicação. Os mesmos, são utilizados com o objetivo de explicar, quase que com urgência, como ocorreram os atos de violência sofridos pelas mesmas, funcionando também, como instrumento de ligação quando as entrevistadas formulam uma história mais complexa, como por exemplo: “Eu tava dois ano e oito mês casada, faleceu o pai”. Percebe-se uma lacuna entre as informações, onde seriam

empregados índices linguísticos de conexão (verbos de ligação) entre as duas afirmações, mas que, no caso das agricultoras analisadas, não o acontece. Os verbos de estado, ou fenômeno da natureza, no entanto, são quase-nulos e nulo, quando observados. Isso é reflexo desta “não continuidade” das orações, de forma que as agricultoras entrevistadas tenham dificuldades na formulação das frases, e conseqüentemente, da utilização de caracterizadores para estes momentos e objetos contidos nas cenas em questão, de forma que, em seu lugar, inserem outro verbo e dão continuidade a explicação.

Tratam-se de orações simples, impregnadas de verbos de ação, onde as mesmas relatam os acontecimentos utilizando-se, ainda, do uso repetitivo dos pronomes, para designar autores das ações explicadas, como “eu”, “ele”, assim como, dos substantivos “pai”, “mãe”. O uso dos pronomes é imprescindível para o entendimento das orações, de fato que os mesmos desempenham o papel de tradutor da responsabilidade de cada ação nos acontecimentos relatados, como por exemplo “que ele quebrou meu braço e minha costela Daí que eu decidi: eu não quero mais isso pra mim. Porque eu perdi casa, perdi tudo e deixei”. Neste caso, há uma ligação entre as orações e se destaca o uso contínuo de pronomes possessivos como “meu”, “minha”, e a ênfase da autora no uso do “eu”, contínuo, como forma de afirmação, considerando que se trata de uma pergunta relacionada ao empoderamento da mulher por meio da renda, de se desprender da responsabilidade da relação abusiva.

No entanto, é interessante analisarmos o porquê da diferenciação linguística. Além das dificuldades de acesso aos estudos no meio rural na época escolar das entrevistadas (persistente aos dias de hoje em algumas localidades), como já retratado, é interessante abordarmos que as

61  
mesmas, devido ao sotaque, são descendentes de alemães ou italianos (povos que povoaram em peso os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e portanto, já possuem maiores dificuldades de aceitação da língua. No entanto, é por meio das diferenciações linguísticas que podemos retratar, principalmente, o nível de acesso a informação que estas mulheres possuem, de forma que não possuem a habilidade (e oportunidade) de desenvolver a língua portuguesa em sua plenitude gramatical (considerando que não existe pronúncia incorreta, e sim, usos adequados e inadequados em relação a situações sociais), de forma que se torne algo maior do que um problema linguístico.

Pelo fato de serem diversas mulheres entrevistadas e todas aparentarem as mesmas dificuldades, é possível perceber que há um problema estrutural que dificulta a vida dessas mulheres no campo, não apenas relacionado a temática de gênero, mas em todos os segmentos de suas vidas. Ainda que estas mulheres agricultoras, supostamente possuam dificuldades com a língua desde a nascença, seja por meio da descendência ou pelo não acesso à escolaridade, o fato de que elas não possuem a oportunidade de mudança é o que realmente importa para a nossa pesquisa. É a partir da fala dessas mulheres rurais que podemos perceber a dificuldade de comunicação delas, mas com elas, também. A dificuldade de comunicação delas é o reflexo de uma comunidade que não incentiva a informação.

É necessário o incentivo para que elas avancem e se empoderem, por meio da informação e do conhecimento, e para isso, é essencial compreender quais são os meios de comunicação que estas mulheres rurais consomem, para atingi-las da maneira correta. Deve ser questionado, portanto, onde está a comunicação e a informação no cotidiano da mulher rural, e tem-se a resposta: principalmente nas organizações sociais em comunidade. Não à toa, que os dados de violência doméstica cresceram significativamente durante a pandemia de Corona vírus, no ano de 2020 (tendo como responsável, o isolamento domiciliar), culminando, inclusive, a ações contra a violência de gênero, realizadas pelo grupo jornalístico em que o Diário Catarinense pertence, como a “campanha máscara roxa”, reproduzida no estado do Rio Grande do Sul.

Questiona-se criticamente, portanto, a finalidade de produção do documentário, de forma que o mesmo, apesar de ser realizado a partir das histórias destas mulheres, não necessariamente é direcionado para as mesmas, tendo como público de interesse, pessoas mais instruídas, interessadas nas causas sociais e que tem contato maior com as redes digitais, de fato

62  
que maior parte da notícia, assim como o documentário, em si, foi disponibilizado online. O documentário, quando realizado apenas para a informação, não cumpre com a sua finalidade de auxiliar diretamente essas mulheres rurais, de forma que as agricultoras presentes no mesmo, se expõe às questões machistas de suas comunidades (repressões) e não recebem retorno social. Dessa forma, o documentário se transforma em um produto de comunicação utilizado como plataforma de denúncia da realidade dessas mulheres, que pode, futuramente,

gerar resultados.

Sim, é certo que as temáticas relacionadas a gênero merecem os holofotes, e que, é a partir de plataformas de destaque que as mesmas serão analisadas sobre uma nova perspectiva, e trazidas à discussão. Para isso, no entanto, é imprescindível o incentivo a educação das próprias mulheres rurais, muitas vezes negligenciado no meio rural devido à forte cultura do trabalho braçal e na lavoura, para que as mesmas desenvolvam características de empoderamento pela informação, possibilitando um movimento mais forte vindo do próprio meio. Só assim, por meio de um empoderamento das próprias mulheres agricultoras, em busca de um fortalecimento pelo conhecimento do movimento, é possível desenvolver uma sociedade rural mais justa e menos desigual, com bases na informação e na comunicação, para que mulheres possam se libertar das amarras sociais, e buscar pelos seus direitos por meio do conhecimento.

## **6.2 O público**

Sobre as metodologias aplicadas anteriormente, categorial e de índices linguísticos, foram analisados os comentários do público, referente ao documentário “Sozinhas”, na plataforma *Youtube*. O intuito de utilização das mesmas é analisar as relações de como o documentário é ofertado e como o mesmo é percebido pelo seu público.

### **6.2.1 Análise categorial temática dos comentários**

Com a finalidade de analisar o impacto do documentário a sua audiência, que foi realizada uma nova análise categorial, a partir das temáticas abordadas pelo público em suas respostas na plataforma digital onde o mesmo permanece vinculado. A metodologia utilizada, permanece a mesma dos primeiros exercícios de análise, sendo a Análise de conteúdo (BARDIN, 1977), justificada pela necessidade de observação do processo de desenvolvimento do documentário sobre duas perspectivas distintas, sendo elas: a emissão (constituída pelas

fases de criação, divulgação e propagação) e a recepção (que trata sobre como o documento impacta o público de interesse da empresa organizadora do projeto).

Para compreender a fase da recepção do público, a partir do método categorial de análise de conteúdo, que foram desenvolvidas novas tabelas de observação, sendo elas de

categorização por meio de temas e índices linguísticos. Estas tabelas foram constituídas a partir da delimitação de novas categorias de análise, sendo estas, desenvolvidas em relação às temáticas abordadas pelo público do documentário com maior frequência de presença, cumprindo a justificativa do critério de saturação, conseqüentemente. Para uma observação mais concisa, foram identificados grupos de conceitos principais (como forma de categorizadores), que agrupam as temáticas e as relacionam, sendo eles: Construção social, relacionado a estruturas culturais que permeiam a sociedade e as temáticas do documentário em questão, Informação, como fundamento necessário para o desenvolvimento das observações realizadas nos comentários, Impunidade, quando referente a questões ligadas a injustiças e vulnerabilidade e ainda os conceitos “Aceitação” ou “Negação”, com a finalidade de contabilizar os comentários a favor ou contra da propagação do documentário. Dessa forma, com o uso dos categorizadores, é possível desenvolver uma relação concisa entre as informações relatadas e suas categorias, em busca de conteúdo significativo social, como mostra a TABELA 4.

**TABELA 4: Categorias e temáticas dos comentários referentes ao documentário “Sozinhas”**

Temáticas dos comentários analisados	Conceitos identificados				
	Construção social	Informação	Impunidade	Aceitação do documentário	Negação
Violência	X		X	X	X
Empatia				X	
Justiça		X	X	X	
Indignação			X	X	
Invisibilidade			X	X	
Políticas públicas	X	X	X	X	
Vulnerabilidade			X	X	



Bairrismo	X			X	X
Machismo	X		X	X	X
Dúvida					X
Vingança			X	X	
Raiva			X	X	
Papel de gênero	X	X		X	
Religião	X				X
Experiência	X	X		X	

Fonte: Próprio Autor (2020)

Sobre o conceito de construção social foram categorizadas as temáticas de “violência, políticas públicas, bairrismo, machismo, experiência, papel de gênero e religião” como mais frequentes nos comentários.

O fator violência, pertence ao grupo de forma que é retratado nos comentários como um fator humano, fruto de uma sociedade machista que é conivente com esta situação e que dissemina este tipo de valores em núcleos familiares, principalmente. Os comentários, quando com uso de temas de violência, associaram-se, em muitos casos, com a vulnerabilidade sentida por estas mulheres, e a sua exclusão social, consequência desta cultura.

No caso das políticas públicas, é possível perceber três posicionamentos: sendo o primeiro, de indagação da efetividade dos órgãos responsáveis pela violência doméstica nesses locais demonstrados (de forma que o documentário apresente as vítimas mas não atue como mediador de suas situações), o segundo, em relação a dúvida da existência dessas organizações e suas funcionalidades no meio rural, e a terceira, da incredibilidade da ajuda a essas mulheres rurais por meio de políticas. Todas são delimitadas como parte de uma construção social, de forma que necessitam de um desenvolvimento da sociedade como questionadora dessas situações para a sua criação e efetividade, assim, colocando o documentário como ferramenta desenvolvidora de questionamento e desenvolvimento dessas questões.

Quando categorizados como “Machismo”, os comentários relatam, em seu todo, sobre a cultura patriarcal e suas relações de poder nos mais diversos segmentos da sociedade, como forma de debate por informação. Se justificam pela categoria, de forma que relatam como essa cultura é construída por meio de diversas organizações sociais, duramente impostas a estas mulheres retratadas pelo documentário, em suas demais participações sociais e por meio de diversas influências.

65

O termo “Experiência”, portanto, categoriza casos em que os comentários se referem a situações pessoais de violência sofridos pelos próprios comentadores do documentário, assim como as mulheres representadas no documento. Essas, portanto, compreendem a situação exibida pelo mesmo e percebem estas construções ali definidas. Associados ao sofrimento vivido, são inseridos pontos de influência referentes à estrutura social destas mulheres, como isolamento, por exemplo, e que os integram como construção social, de forma que também confirme com o público e dê crédito para as informações apresentadas.

A temática de Papel de gênero foi percebida quando observados fatores que tentavam justificar os casos analisados no documentário. A partir do comentário relacionado a “difamação” da mídia sobre o que é ser mulher nos dias de hoje, se apresentou uma ideia de que a mídia esteja desvalorizando o papel das mesmas, e, portanto, estavam perdendo seu valor. Todavia, sabe-se que a ideia de papel de gênero é uma construção social, desenvolvida por meio de suposições de um grupo ou indivíduo sobre os sexos, e que, apesar de, em algumas situações possuírem grande influência na vida de mulheres, principalmente as rurais (como retratado neste trabalho), não necessariamente o que é retratado na mídia irá corresponder às expectativas de uma mesma sociedade ou grupo social, criando definições diferentes de papéis de gênero e quesitos valorativos.

Observou-se ainda, comentário relativos a quesitos sociais, que, quando associados ao campo de gênero, compõe de uma nova perspectiva. Quando alinhado ao termo “Bairrismo”, os comentários, além de serem realizados por sulistas (percebido pelo conteúdo dos mesmos), exaltam a surpresa da situação abordada pelo documentário. O público relata, ainda, a tristeza ao fato dos casos estabelecerem-se nos estados do sul do país, e a indignação á impunidade demonstrada em relação aos mesmos, quase como uma forma de decepção com a cultura local e seus valores, assim como, funcionam como uma justificativa ao mesmo, de forma que trate a

situação como única ou nova, e não como um problema social do mesmo.

Quando observados os comentários relacionados com a temática de “religião”, apresentou-se uma dualidade de perspectivas, quando alinhada aos estudos de gênero. Expôs se, partindo de um panorama feminista, que as religiões como um todo acentuam os posicionamentos machistas, inferiorizando o papel das mulheres na sociedade e a delegando como submissa ao homem. No entanto, tem-se, por meio de outro comentário, a contrapartida a partir da idealização de religiosos (neste caso, predominantemente católicos), que defendem a bíblia a partir de um estudo não pragmático, não conceituando, então, a religião como uma influência a sociedade machista atual.

Isso nos mostra a importância dos estudos de gênero nos mais diversos segmentos, de forma que todos percebem que há uma problemática séria no documentário, porém nem todos o distinguem da mesma forma. A categoria “Construção social” foi percebida, portanto, como uma agrupadora de comentários referentes a quesitos influenciadores ou influenciados da cultura machista estabelecida nos dias de hoje, de forma que perpassasse os estágios de percepção desse público, com base nas suas peculiaridades e estudos de gênero. Utilizados para questionar, principalmente, fatores que agravam o desenvolvimento desses valores, ou que necessitam de um pensamento crítico para o seu desenvolvimento, que foram definidas as categorias, com o intuito de uma leitura generalizada dessas respostas percebidas.

Sobre a categoria de “Informação” foram definidas as temáticas de “justiça, políticas públicas, papel de gênero e experiência” como objetos de análise. O tema “Justiça”, aparece então, em casos de indignação do público em relação às ações tomadas por estes agressores, assim como, questionando as suas punições sofridas pelos mesmos. O tema se associa a categorização de informação, de modo que necessite de uma abordagem mais especializada para o julgamento destes casos, ainda que em um aspecto informal.

A temática de Políticas públicas, neste caso, se associa muito a este mesmo aspecto, de forma que é retratada como uma das únicas alternativas cabíveis de justiça para estas mulheres, considerando que as mesmas se estabelecem em regiões desamparadas da segurança pública. Dessa forma, por meio da informação, que é possível compreender e encontrar meios de auxílio para estas mulheres rurais que tanto necessitam. Em alguns comentários, inclusive, é possível perceber que há uma busca de informações relacionadas a

estes órgãos, para a busca de um ajuda as mesmas.

O termo “papel de gênero”, neste caso, aparece categorizado pela informação, de forma que se estabelece e se desconstrói por meio da mesma. Os papéis de gênero, ainda que muito relevantes em nossa sociedade atual, não necessariamente permanecerão os mesmos futuramente, de forma que vão se moldando conforme as pessoas e os valores de um

67

determinado grupo. Assim, portanto, a informação possui a responsabilidade de constituir associações relacionadas a “o que é ser mulher”, por exemplo, mas como também, destruir estes paradigmas por meio do conhecimento e do avanço, mudando a sociedade estabelecida.

Por meio desta informação, podemos perceber, também, a temática da “Experiência”. Devido ao fato de as comentaristas já terem sofrido os tipos de violência decretados no documentário, sejam elas físicas, psicológicas, financeiras, etc. as mesmas possuem este tipo de conhecimento de causa, e portanto, podem interferir no tema proposto como atuantes do mesmo. É por meio da propagação desta informação, que estas comentaristas não somente confirmam o conhecimento apresentado no documentário, mas também interferem no contexto da temática de violência e desigualdades de gênero como agentes de mudança, contribuindo para o desenvolvimento do mesmo e questionamento de suas adversidades.

Em relação a temática de “Impunidade” foram categorizados os termos “violência, justiça, indignação, invisibilidade, políticas públicas, vulnerabilidade, machismo, vingança e raiva”, de forma que foram associados aos atos de discriminação relatados pelo documentário. Esta categoria possui uma responsabilidade maior sobre os termos que vincula, de forma que perpassa todas as estruturas de observação analisadas pela audiência do documentário. A impunidade se faz de base para o questionamento das afirmações, assim como, representa um sentimento que perdura as relações desiguais, ainda que com o passar do tempo.

A temática de violência, é trabalhada, principalmente, por meio dos comentaristas quando relacionada a impunidade, de forma que se mostrem indignados com a situação manifestada pelo documentário. Os mesmos, se apresentam não apenas surpresos, mas questionando a realidade apresentada e o tratamento recebido pelos agressores dessas mulheres, que permanecem com suas vidas normais, enquanto as mesmas carregam uma bagagem tão intensa de sofrimento.

Por meio de associação de abordagens, os temas de justiça, indignação, raiva, vingança, e políticas públicas, quando conectadas a categoria da impunidade, nos comentários, foram utilizados para relatar, na maior parte das vezes, sobre como o sistema social brasileiro tende para este lado masculino, devido a grande participação de homens nos locais de poder, deliberando, muitas vezes, que este agressor possa usufruir de sua liberdade, ainda que seja responsável por todas estas atrocidades ocorridas. Permeando estes espaços de impunidade relacionado às temáticas salientadas, é de concordância de todos os comentaristas de que a

68

justiça social não é realizada com efetividade, e que a sociedade, assim, ligada totalmente aos seus problemas de gênero, tendem a maximizar estas situações de vulnerabilidade. Todavia, partindo destes pressupostos, que é possível observar a busca desta audiência por coletivos e políticas públicas rurais, na busca de órgãos que possam dar suporte às mesmas para resistirem a esta dura realidade e denunciarem este árduo cotidiano. No entanto, a indignação é tamanha e a impunidade tão gritante, que, em alguns casos, foram realizados comentários referentes a “vingança”, ou seja, a realização de um dano contra o primeiro agressor, para que o ato não ocorra novamente. Sabe-se, porém, que estas mulheres vêm sendo negligenciadas desde o seu nascimento, e que, ainda permanecem no mesmo meio, tendem a ter estímulos negativos a todo tipo de movimentação, influenciando nesta permanência no lar.

Em decorrência desses fatores, podemos associar ainda os demais conceitos categorizados como “impunidade”, sendo eles o machismo e a vulnerabilidade. Devido a essa sociedade adoentada por meio do machismo que ocorrem estas situações de endurecimento das justiças das mulheres, de forma que todos os segmentos da sociedade são perpassados pelo mesmo, afetando, inclusive, o poder público e suas ações de mudança. É, de fato, indignante o quanto estas mulheres estão vulneráveis a um sistema que não as ouve, e não governa para as mesmas. Ainda que existem diversas políticas públicas para mulheres rurais, sendo elas de renda, de terras, e agora, principalmente, especializadas de gênero, sabe-se que segundo dados compilados pela *Inter Parliamentary Union* (uma associação dos legislativos nacionais de todo o mundo) no Brasil, pouco mais de 10% dos deputados federais são mulheres, impossibilitando uma luta igualitária nas relações de gênero, quando em votação. Ainda que, supostamente, as mulheres ocupam 50% de todos os órgãos de poder, não necessariamente as mulheres iriam concordar sempre, tardando os avanços em políticas de mudanças nessas vulnerabilidades

sofridas. Isso demonstra ainda mais a dificuldade dessas mulheres rurais, que dependem não somente do suor de seus esforços, mas de mudanças específicas em órgãos especializados e de uma sociedade que, como um todo, governe para uma igualdade entre os sexos mais efetiva, buscando realmente tratar, não os sintomas, mas o problema em si.

Ainda, como forma de pesquisa, com o objetivo de associação entre as temáticas que se relacionam com a aceitação positiva do documentário nos comentários, ou sua negação, que foram estabelecidas novas observações. Os temas foram demarcados, não apenas por dedução, mas de forma que se relacionassem com o fator de aceitação do mesmo. Portanto, algumas temáticas permanecem nulas, pois não se inclinam para nenhum dos lados, ou perpassa ambos

69  
os casos, também não podendo classificar um, em específico. Assim, portanto, foi possível classificar como “aceitação” temas como empatia, justiça, indignação, invisibilidade, políticas públicas, vulnerabilidade, machismo, vingança, experiência e raiva. Em um contexto geral, pôde-se perceber estas temáticas de comentários como incentivadoras para a continuidade do avanço deste tipo de estudo, para que sejam oferecidos auxílios melhores para o desenvolvimento da qualidade de vida destas mulheres rurais. Ainda que envolvidas temáticas como “vingança”, que pareça ser uma reação drástica, trata-se, na verdade, de uma grande indignação ao panorama de vida destas mulheres e a impunidade realizada com elas. Os estudos de papéis de gênero, apesar de ser uma temática diferenciada das abordadas, também é incluído na categoria de aceitação, de forma que, a delimitação destes papéis na sociedade só desenvolvem ainda mais as relações de desigualdade entre os sexos, e portanto, não tem como negar a relevância do documentário como fragmentador de estigmas e desenvolvedor de conhecimentos relacionados ao tema.

No entanto, algumas temáticas abordadas foram relacionadas, principalmente, ao questionamento da veracidade das informações abordadas, assim como, temas que possuem dualidades de sentido, que foram, também, relacionadas a não-aceitação do mesmo. Os temas classificados como “dúvida” ou “religião”, foram estabelecidos por meio de comentários que contestavam a veracidade das informações abordadas pelo documentário ou, que traziam a religião como forma de “contraprova”. Nestes casos, portanto, foram estabelecidas negações sobre a relevância deste comentário, assim como das informações abordadas pelo mesmo. Os temas como violência e machismo, não foram inseridos, portanto, nas categorias de aceitação e negação, de fato que são temas de grande abordagem e que podem ser interpretadas a partir

dos dois vieses. Dessa forma, como negacionistas, é possível perceber a violência como subentendida nos demais comentários (que não concordam), como um ato de aceitação daquela situação apresentada pelo documentário, assim como o machismo. O machismo, ainda que utilizado para degradar as relações para com as mulheres, pôde ser percebido como uma forma de questionamento das relações sociais estabelecidas na nossa sociedade. O bairrismo, no entanto, assim como os demais temas, foi categorizado em “aceitação”, de forma em os comentários observam e indagam sobre as relações de desigualdade no estado de Santa Catarina, assim como, de negação, por meio de uma discussão desenvolvida nos próprios comentários, tendo base em uma xenofobia, de forma que se valoriza uma cultura sulista, mas menospreza as desigualdades sofridas por outra comentadora, em outro local do país.

70

Assim, portanto, por meio das classificações e análise dos comentários, o público foi percebido majoritariamente como apoiador do documentário e de suas representações de lutas sociais. Todavia, é importante considerarmos que se trata de um documento informativo e de denúncia, e que aqueles que são a audiência do mesmo, provavelmente se interessam pela temática da desigualdade de gênero e talvez até mesmo, implicada ao meio rural. Assim, já se parte da ideia de que se teriam mais apoiadores logo ao princípio, confirmando as expectativas do estudo, mas percebendo também, muitas temáticas inesperadas que foram abordadas até mesmo, frequentemente pelos espectadores. Percebeu-se assim, que o tema da violência feminina implica em muitos segmentos da sociedade, e que também sofre uma grande influência destas organizações.

A sociedade ainda compreende a mulher como uma entidade social, de forma que tem influência sobre a mesma, impassível de mudança ou movimentação. Desta forma, a vulnerabilidade destas mulheres persiste com o auxílio de toda uma sociedade que implica sobre a mesma, e que é abordada nos comentários. Seja a família, a religião ou a desconfiança, não é admissível que os corpos, mentes e vidas destas mulheres sejam de seus consentimentos. A luta das mulheres, e principalmente das rurais, ainda é muito grande, e ainda que todos saibamos de sua existência, pôde ser percebida, em dados, em uma única monografia, explicitando estes casos e os deixando visíveis de percepção. Todavia, os estudos de gênero vêm avançando cada vez mais e “correndo atrás da máquina”, em busca de fazer render todo este tempo de desigualdade sofrido.

## 6.2.2 Análise dos comentários pelo critério de sintaxe

Desta forma, por meio da análise dos mesmos comentários, fora realizada uma pesquisa com os índices de saturação das temáticas pré-estabelecidas nestes comentários (construção social, informação, impunidade, aceitação ou negação do documentário), desde o ano de seu lançamento e vinculação na plataforma até os dias de hoje, dois anos depois. Assim, portanto, fora desenvolvida a TABELA 5, com o objetivo de analisar, também, quais são as porcentagens de uso das temáticas alinhadas às categorias, considerando o total de comentários da época. Essa etapa tem como objetivo perceber quais foram as diferenciações na frequência de uso das temáticas empregadas nos comentários e os avanços na abordagem das mesmas, conforme o passar dos anos e o desenvolvimento das temáticas de gênero.

71

**TABELA 5: Indicadores das temáticas dos comentários da audiência do Documentário**

INDICADORES	2018		2019		2020	
Construção Social	12	52%	4	44%	3	60%
Informação	8	34%	5	55%	3	60%
Impunidade	17	73%	2	22%	3	60%
Aceitação ao documentário	17	73%	6	66%	4	80%
Negação ao documentário	0	0%	1	10%	1	20%
Total de comentários ao ano	23	100%	9	100%	5	100%

Fonte: Próprio Autor (2020).

De início, é possível perceber um número maior de comentários na época de lançamento da publicação, no ano de 2018, relacionado a todas as categorias. Isso pôde ser percebido, como consequência de que o documentário possuía fortes estratégias de divulgação por meio de diversas ferramentas de mídia, desenvolvendo um interesse público do mesmo, naquele momento. Esta noção de interesse público, conceituada por Arendt (1981), é associada



às ideias de discurso e de ação, em um modelo que as movimentações dos indivíduos no mundo são prescindidas por objetivos únicos e impulsos específicos, e assim, desenvolvidas. Na busca de uma maior percepção de determinado conteúdo, foram desenvolvidas estratégias de agenda setting, fundamentais para uma observação maior do documentário no seu período inicial. Todavia, essa urgência diminui significativamente com o tempo, o que nos remete aos dados abordados nesta pesquisa.

Quando analisada a categoria de “Construção social”, ou seja, temáticas relacionadas a valores culturais ou ensinamentos aprendidos em sociedade, é possível perceber que o número de apresentações relacionadas ao mesmo diminui com o passar dos anos, mas não necessariamente refletindo sua relevância (ou falta dela). No ano de 2018, portanto, os temas violência, políticas públicas, bairrismo, machismo, experiência, papel de gênero e religião, quando relacionados a quesitos de construção social, foram retratados com grande frequência, se fazendo presente em doze comentários, considerando o número total dos mesmos, de vinte e três (23). No ano seguinte, os mesmos obtiveram um número significativo ao total de comentários, porém, não chegando a marca nem de 50%, demonstrando uma leve queda da

72

percepção dessas temáticas sobre o viés da construção social. No atual ano, considerando a quantidade de comentários abordados, a categoria foi apresentada em 60% dos casos, maior média desde o início das análises.

Assim sendo, percebe-se que as questões sociais que permeiam os estudos do documentário são abordadas frequentemente pelo seu público, que recebe a informação e a condiciona a uma avaliação de sua realidade e influências. Portanto, é possível declarar que o documentário cumpre a sua finalidade de apresentação das histórias, não somente como informação, mas como objeto de análise de experiências, trazendo questões importantes, e que abordam influências de toda a sociedade.

A categoria referente a “Informação”, assim como a retratada anteriormente, possui uma participação significativa dos assuntos relatados nos comentários do documento, sendo no ano de 2018, de 34%, e aumentando, progressivamente, conforme dados compilados nesta monografia. Nos anos de 2019 e 2020, a porcentagem de comentários que compunham informações referentes à categoria de “informação”, foram de 55% e 60%, respectivamente, considerando um aumento de participação dessas temáticas quando relatadas informações

sobre o documentário. Denota-se que, as temáticas relacionadas à informação servem como instrumentos de desenvolvimento de pensamento crítico, assim como, de observação da instrução dessas mulheres e suas possibilidades de ação para o desenvolvimento do fim da desigualdade de gênero. Assim, a audiência não apenas comenta, mas também questiona informações e busca meios de colaborar para com a vida destas mulheres.

Assim, portanto, por meio da tabela desenvolvida, é possível perceber que estas temáticas permanecem ativas de questionamento, de forma que continuam sendo realizadas por meio dos comentários, ainda que com o passar dos anos. A categoria de “informação” foi analisada a partir de sua influência nos comentários, tendo como base o ideal de que o conhecimento e a informação são agentes transformadores de mudança em uma sociedade, assim, possibilitando o desenvolvimento linear da mesma.

Entre as categorias trabalhadas nesta análise, a da “Impunidade”, relacionada a suas temáticas, é a que se fez mais presente, por meio dos comentários. Composto 73% dos comentários realizados no ano de 2018, totalizando o número de dezessete (17) em um composto de vinte e três (23), é possível perceber a relevância do tema ao público do documentário. Em contrapartida as demais categorias, que obtiveram um crescimento

considerável, esta temática sofreu uma grande queda de participação no ano de 2019, decaindo para 22%, e então, no ano seguinte, se restabeleceu, juntamente dos demais, em 60% dos comentários estabelecidos.

Este início tão intenso se deve ao uso da sensibilização do documentário com as experiências vividas por estas mulheres, de forma que mostre como elas estão, de fato, vulneráveis às situações em que vivem. Dessa forma, houve uma significativa resposta do público referente aos temas de violência e da vulnerabilidade, demonstrando uma preocupação do mesmo e o uso da empatia para com estas mulheres representadas, indagando as questões sociais que as envolvem, assim como as relações desiguais na forma de tratamento entre os gêneros, por meio da justiça. O abaixamento significativo do uso da temática pôde ser percebido de forma que o choque inicial às histórias apresentadas foi rompido, e outras temáticas absorveram a atenção do público, como as questões sociais, ou de informação, por exemplo. No entanto, a importância da temática é indiscutível, de forma que representa o ideal principal do documentário, que aborda sobre as dificuldades de libertação dessas

mulheres rurais, seja por meio da renda, da sociedade, ou demais fatores. Podemos explicar, portanto, o restabelecimento dos dados referentes à categoria de impunidade em 60%, como as demais temáticas, de fato que o tópico se mantém em discussão, influenciado principalmente pelas situações abordadas no documentário, e que lidam com esta realidade que é tão severa com as mulheres, e que não pode os agressores.

Quando analisadas as respostas referentes a aceitação ou negação do documentário, é nítido o apoio ao mesmo de uma grande maioria, tendo como base, porcentagens que não baixam de 60%, considerando o ano de observação. Nos anos de 2018, 2019 e 2020, as taxas de aceitação do documentário analisadas, foram de 73%, 66% e 80%, respectivamente, enquanto as taxas de negação foram de 0, 10 e 20%, demonstrando que a audiência realmente se interessa pelo documento, e incentiva sua produção e finalidade. O desenvolvimento dessas porcentagens fora desenvolvido a partir da observação destes comentários, na forma em que se expressavam, relacionados ao documentário a as temáticas estabelecidas. Têm-se como a maior influência para estes dados tão significativos, a relação de onde o documentário é vinculado e a sua finalidade de existência, funcionando, atualmente, como objeto de denúncia (explicitando uma realidade vulnerável, que tem dificuldades para pedir ajuda), assim como, objeto de pesquisa para segmentos de gênero e meio rural, que auxiliam nos avanços científicos, e dão retorno a essas realidades.

74

É a partir da perspectiva da criação de assunto referência (ou seja, de trazer esta realidade à tona), que podemos perceber que o documentário consegue cumprir com sua finalidade, trazendo a temática da desigualdade de gênero como assunto de discussão em demais setores da sociedade, e não somente para aqueles que são pesquisadores da área. O documentário, por ser de fácil receptividade, utiliza da estratégia de sensibilização das histórias dessas mulheres, para que o público, ainda que não esteja inserido naquela realidade, possa interferir nela de alguma maneira.

Contudo, percebeu-se que este documentário, apesar de retratar desta realidade, não é direcionado a estas mulheres. Considerando onde o mesmo foi vinculado, as estratégias de divulgação, e os comentários observados, pôde-se compreender que o mesmo é direcionado a pessoas com maior grau de escolaridade, que se interessam por estas temáticas, ainda que não por finalidades acadêmicas, necessariamente. O documentário, assim, funciona como um documento de denúncia a uma realidade que existe, mas que é esquecida por aqueles que não a

veem diariamente, trazendo a tona desigualdades da nossa sociedade que ainda são fortes e assolam grande parte do país.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Valendo-se da base de pesquisas realizadas nesta monografia, é possível perceber o papel diferencial da comunicação como forma de mudança nos segmentos da sociedade, seja por meio dos avanços do âmbito rural ou referente aos estudos de gênero. Em ambos os casos, é importante observar a comunicação como ferramenta de mudança de valores pré-estabelecidos na sociedade, de forma que, com base na informação e no conhecimento, os mesmos podem se desenvolverem e se comportarem de forma mais efetiva com suas comunidades.

A contextualização histórica a partir dos estudos de gênero teve como finalidade de pesquisa o embasamento teórico referente ao desenvolvimento das temáticas feministas no mundo desde os primórdios e os avanços de seus estudos com o passar dos anos. Por meio deste contexto, pôde-se perceber o movimento feminista como um disseminador de uma ideologia que ainda é muito combatida e que vem se reconstruindo independentemente destas

pressões sociais. Ainda que os avanços sejam constantes nos grandes centros, as dificuldades de atuação dos movimentos feministas nas pequenas cidades são notáveis, considerando que a cultura pa

triarcal ainda possui raízes muito fortes na sociedade, e que nas comunidades menores a pressão social realizada pela mesma ainda persiste. As teorias feministas vêm, com o decorrer das décadas, lutando contra justificativas da cultura patriarcal que colocam as mulheres como inferiorizadas, seja por meio da renda, do trabalho, ou da participação social. Assim, este capítulo entra nesta monografia com o princípio de contextualizar as conquistas obtidas pelo movimento e as indagações realizadas pelo mesmo, de forma que questionem as situações de desigualdade e avancem conforme suas efetivações.

Os temas “mulher e novo rural”, “papéis de gênero e trabalho” e “gênero, comunicação e organização” fazem parte do referencial teórico do trabalho, e tiveram como objetivo a pesquisa bibliográfica referente aos temas em questão. A utilização destes capítulos cumpre com a finalidade que é dar embasamento teórico de pesquisa, de forma que aborda sobre a conceitualização dos termos a partir de autores referência em cada temática e as suas relações entre si, possibilitando a reunião desses autores de diversas áreas de conhecimento, proporcionando uma intensificação nas reflexões acerca dos temas abordados. Por meio destas reflexões, foi possível obter uma leitura mais abrangente dos estudos de gênero no meio rural, assim como do documento analisado, tendo como embasamento os novos conceitos de ruralidade e suas especificidades, a mulher rural como produtora de significâncias, as organizações sociais de

76

agricultoras (por meio de movimentações políticas e sociais) e o papel da comunicação como ferramenta de informação e conhecimento.

O tema “Mulheres, periferias e desigualdade de gênero: uma análise de conteúdo”, apesar de tratar de uma perspectiva bastante específica, e sobre uma temática frequentemente abordada nas pesquisas, se mostrou um campo com muito potencial a ser explorado. O estudo, que primeiramente visava a autopercepção da mulher rural sobre as desigualdades vivenciadas, pôde demonstrar diversos lados de uma mesma história, possibilitando contribuições teóricas tanto nas pesquisas relacionadas à organização social por meio de movimentos de agricultoras, assim como, pelo estudo de uso de TICs, pelas políticas públicas, a importância da sociedade rural como socializadora, etc. Assim, percebe-se que o âmbito rural apesar de estar evoluindo

constantemente em tecnologia, ainda é negligenciado pelo campo da comunicação. Temas relacionados ao mesmo não se fazem presentes nos currículos de graduação e não são abordados com tanta frequência no segmento de pesquisas da área, de forma que limite aos aspirantes a comunicólogos unicamente ao processo urbano e tecnológico dos grandes centros, e suas formas de comunicar. Assim, os estudos relacionados ao meio rural se resumem, basicamente, em casos de projetos específicos ou de interesses particulares dos alunos, como é o caso atual, tendo como embasamento muitos teóricos de outras áreas de conhecimento, para que auxiliem em pesquisas mais fundamentadas de comunicação. É importante analisarmos, também, que os estudos de gênero focados na comunicação realizados em âmbito rural partem muito de uma perspectiva urbana-rural, de forma que relacionem o avanço da tecnologia da cidade para o campo. Assim, são poucas as pesquisas que tratam das especificidades sociais e formas de comunicar já existentes do meio rural, como a importância da mulher como produtora de sentido e suas funções em comunidade.

Esta monografia cumpre com o seu objetivo geral de forma que analisa as situações de vida destas mulheres a partir de suas próprias perspectivas, por meio de uma detalhada análise de conteúdo, e abrange, a partir do referencial teórico, que a realidade da mulher rural é dura e tende a permanecer, infelizmente, caso não haja mudanças. É necessário perceber quais são as necessidades das mulheres rurais e quais são as amarras socioeconômicas que as prendem em tantas situações de vulnerabilidade pelo Brasil. Assim, portanto, observa-se a comunicação como fundamental a mudança desses valores e hábitos, de forma que incentive a participação das mesmas por meio da mídia, do aumento da escolaridade, do empoderamento, da cultura da informação, e do conhecimento. Serão necessárias mudanças drásticas em relação a políticas

77

de incentivo a mulheres rurais para que elas compreendam a sua importância como participante do matrimônio, da família e da sociedade como um todo, para que busquem seus lugares como gestoras de suas próprias vidas e questionadoras dessa desigualdade latente, dando continuidade aos movimentos progressistas de mulheres em busca de melhorias sociais.

As mulheres rurais, apesar de estarem cada vez mais abertas às temáticas feministas, ainda possuem grande dificuldade ao tratar de assuntos que abordam sobre as mesmas. Como parte do objetivo específico delimitado, foi possível perceber como estas mulheres ainda vivem em sociedades que compactuam severamente com os valores patriarcais, que, portanto, se opõe às ideologias do movimento, combatendo suas formas de manifestação. Com isso, as

mulheres rurais, ainda que empoderadas pela informação, tem de combater todo um sistema que não as dá suporte e que, inclusive, faz pressão para que as mesmas permaneçam em situações de vul

nerabilidade. O conhecimento a par do movimento feminista e suas vertentes vem, sim, se desenvolvendo pelas mulheres rurais, porém em um ritmo muito mais lento do que nos meios urbanos, consequência de uma sociedade local que ainda recrimina estas formas de atuação com muita intensidade. Deste modo, portanto, o feminismo rural é visto, quase, como “ilegal”, con siderando os princípios morais das comunidades e os valores propagados por ela.

Até mesmo pela disposição dessas mulheres rurais para colaboração com o documentário, pela ânsia de relatar histórias referentes a problemas pessoais envolvendo gênero, considerando, ainda, as críticas que poderiam sofrer secundariamente, unicamente sob interesse de participação em mudanças sociais, é perceptível um avanço considerável dos movimentos feministas que, ainda que inseridos nestes contextos, buscam alternativas diferentes para melhoria de suas vidas. É importante ressaltar, portanto, que é necessário o incentivo a estas mulheres para uma sociedade igualitária, para que elas não se apaguem devido a pressão social, e que continuem recebendo apoio de movimentos femininos e de meios de comunicação.

Cumprindo o segundo objetivo específico, observa-se o papel da comunicação, neste caso, como primordial sob diversos pontos. O documentário “Sozinhas”, em si, já é uma ferramenta de comunicação de grande poder na sociedade atual devido ao impacto que causa. A realidade cruel, estudada nesta monografia, já existia, porém, com o documentário, ela pôde ser denunciada e compreendida com mais intensidade por um público que não convive com estas questões e que pode fazer a diferença pelo mesmo. Devido ao fator da comunicação, é possível pelo público, uma noção maior das desigualdades sofridas nestes locais, impactando no desenvolvimento de auxílios e pesquisas referentes ao segmento, possibilitando melhorá-lo.

78

O comunicador ou o profissional de relações públicas, tem como papel, nestes casos, defender o interesse público por meio das mídias, denunciando as situações de desigualdade e colocando-as em foco para debate público, de forma que o comunicólogo tenha a responsabilidade de impactar na vida de pessoas por meio da mídia e fazer com que a notícia gere retorno social neste contexto. Este retorno social pode ser realizado por meio de pesquisas, políticas públicas e movimentos focados no âmbito rural, porém, só serão possíveis, em casos em que a comunicação se faz presente para dar voz a estas realidades e as apresentem aos grandes

centros, detentores de poder político.

Esta pesquisa revela, além dos problemas relatados previamente, uma série de questionamentos aos quais não foram possíveis abordar no trabalho em questão, por limitações de foco, mas que serviram como inspiração na construção do mesmo. Evidencia-se a possibilidade de estudar a comunicação e o gênero como ferramentas tecedoras de relações no meio rural, tendo cada um uma perspectiva única, observando as suas relações e suas influências nas construções sociais do campo.

## REFERÊNCIAS

Anuário das mulheres brasileiras - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos. **Mulheres brasileiras 2011. São Paulo, 2011.** Acesso em <<https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioMulheresBrasileiras2011.html>>

AREND, S. C.; ORLOWSKI, R. F. **O desenvolvimento regional da Amosc a partir das teorias da base exportadora e dos polos de crescimento.** REDES, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 141-163, jan./abr. 2012.



ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BASTOS, Ângela. **Entrevista I**. [dez. 2017]. Entrevistadora: Ana Carla Pimenta. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3 (94 min.)

BAVARESCO, Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense**. Chapecó, SC: Argos, 2005.

BEGNINI, Sergio. **Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião oeste catarinense: caracterização e classificação**. In *Interações* (Campo Grande) vol.17. 2016. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151870122016000400547&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122016000400547&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Brochura; 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Difusão Editorial:

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádía Maria Schuh. **O trabalho da mulher na pequena produção agrícola**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

BRUMER, Anita. **O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de obra feminina na força de trabalho**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 8, v. 3, p. 20-38, out. 1988.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998:

CARNEIRO, Maria. José. **Esposa de agricultor na França**. In: Estudos Feministas, v. 4, n. 2, 1996, p. 338-354.

Centro regional de estudos para o desenvolvimento da sociedade da informação sob os auspícios da UNESCO – **Principais resultados TIC domicílios 2017** - julho de 2018. Acesso em <<https://www.cetic.br/noticia/acesso-a-internet-por-banda-larga-volta-a-crescer-nos-domicilios-brasileiros/>>.